

8. O pensamento de Sampaio sobre a imprensa

Tanto quanto foi possível apurar, António Rodrigues Sampaio não escreveu muito sobre jornalismo, apesar de acompanhar a dinâmica dos jornais da altura, o que revela, indirectamente, a grande importância que atribuía à comunicação social. Prova disso são os seus constantes diálogos e discussões com outros jornais, a que já se aludiu amiúde ao longo deste trabalho, mas também as notícias do *Revolução de Setembro* sobre o aparecimento de novas publicações, como as seguintes, relativas à edição dos célebres periódicos ilustrados *Arquivo Pitoresco* e *Ocidente*, do jornal *O Progresso* e do periódico satírico *As Farpas*:

PUBLICAÇÕES LITERÁRIAS O ARQUIVO FAMILIAR SEMANÁRIO PITORESCO

Este semanário, cujo primeiro número sairá impreterivelmente no próximo mês de Agosto, publicar-se-á todos os sábados regularmente.

Impresso nitidamente numa tipografia acreditada por outras publicações esmeradas, cada número do *Arquivo Familiar* terá oito páginas, do formato do antigo *Arquivo*, ou dezasseis colunas em bom tipo e papel, contendo variados artigos de literatura e ciência popular e será ordenado de excelentes gravuras em madeira executadas por hábeis artistas nacionais. (*A Revolução de Setembro*, 4 de Julho de 1857)

ARQUIVO PITORESCO

Publicou-se o número 9 deste semanário, contendo diversos e interessantes artigos. (*A Revolução de Setembro*, 3 de Setembro de 1857)

Apareceu hoje um novo jornal, *O Progresso*. Os seus princípios são democráticos e os seus meios de triunfo a liberdade e a discussão. Os dois primeiros artigos são escritos pelo nosso amigo o senhor José Pais, que ilustrou muitas vezes as colunas da *Revolução* com os seus excelentes artigos. Felicitemos *O Progresso* e desejamos-lhe longa vida. (*A Revolução de Setembro*, 18 de Maio de 1854)

Ocidente – Dando conta do aparecimento do primeiro número do jornal deste título, cumpre-nos dizer que vem ele de modo a satisfazer completamente os mais exigentes em publicações de tal ordem. A impressão é irrepreensível e o contrário seria bastante para estranhar, tendo sido feita na casa Lallemand. As gravuras representam Alexandre Herculano sentado numa poltrona, Membugalho Pataburro na tavadagem do Besteiro, casa na quinta de Vale de Lobos, igreja da Azóia de Baixo e o túmulo onde foi depositado o cadáver do grande historiador. São todas primorosas e dignas de figurarem junto de outras vindas do estrangeiro e trabalhadas por mestres de boa fama. Regala-se a gente quando lhe passa a vista. Folgamos de que a execução seja verdadeiramente portuguesa. É devida ao hábil buril de Caetano Alberto, já muito vantajosamente conhecido por inúmeros trabalhos de sua engenhosa arte. Da parte literária, que diremos? Simplesmente que é toda de escritores distintíssimos, tais como Pinheiro Chagas, Guilherme de Azevedo, António Enes, Luciano Cordeiro e Bento Moreno. Posto isto não é preciso dizer mais nada sobre o muito que vale a redacção do primeironúmero do *Ocidente*, de que são directores artísticos Manuel de Macedo e Caetano Alberto. No escritório deste último, rua do Loreto, 43, trata-se das assinaturas e de quaisquer negócios concernentes ao belo jornal, cujo primeiro número tanto nos agradou. (*A Revolução de Setembro*, 4 de Janeiro de 1878)

Apareceu anteontem o primeiro número das *Farpas*. Este pequeno volume é uma espécie de introdução aos que se hão-de seguir, é para mostrar o tom em que elas serão escritas para o futuro. Esse tom é o da ironia delicada, que não ofende, é o da crítica mordaz, que não repugna, são farpas que

doem ao entrar na epiderme, mas que não passam da epiderme. De resto, graça e bom senso às pilhas, por toda a parte, são avaros que despejam o seu tesouro com a convicção que ele é inesgotável.

Começemos pelo frontispício. É um desenho encantador, de intenção fina, de delicado humorismo. É um diabo que sorrindo olha por um óculo. De que ri aquele bom filho do Tártaro? De tudo o que observa, ri da política, ri da literatura, ri dos homens e ri das coisas. No entanto, o seu sorriso cheio de finura, só quer dizer que se o que ele vê é risível, não é necessário senão um passo para que seja sério, sagrado até. É um bom diabo, cheio de bonomia, sem pretensões. Tem a cara de um pobre homem, complacente, mas implacável ao mesmo tempo. A cara é uma maravilha; causa hilaridade, faz rir a bandeiras despregadas, o seu riso é tão natural, tão bem expresso, que sem querer desatamos às gargalhadas. Este desenho vem assinado por um nome que nós respeitamos e que amamos, o de Manuel Macedo, um artista que dá ao público as produções da sua mão e guarda para si e para alguns amigos as produções do seu espírito. Manuel Macedo é uma destas individualidades artísticas que faria honra a qualquer país onde nascessem. Tem a crítica de Gavarni, o seu génio de observação, o seu traço mágico. Manuel Macedo é um artista no que esta palavra tem de mais largo, de mais belo e de mais elevado.

Passemos agora ao volume. Começa por um artigo sobre o estado do País em todas as suas manifestações, políticas, ciência, arte, literatura, costumes, etc. Nesse artigo cheio das observações mais finas, em que se sente um espírito de crítica penetrante, desassombrado de preocupações de qualquer ordem e tendo por único critério o *bom senso* e a *justiça*, há coisas verdadeiramente notáveis, que tem um cunho magistral. Já não são farpas, são verdadeiros artigos de crítica, que fazem honra aqueles que os escreveram e que dão bem a medida dos seus espíritos.

(...)

Tudo isto é uma verdade, dita sem amargura, sem irritação, brincando e galhofando. É a demolição pelo ridículo, que é talvez ainda uma arma mais terrível que a indignação profunda.

É este o tom geral com que são criticados os factos da política, os actos da vida, etc. Há um pequeno artigo sobre as *economias*, preocupação de um certo partido político, que é quase sublime.

Isto tudo é profundamente original entre nós, tudo isto é ouvido pela primeira vez e portanto é apreciado, *gouté*, como dizem os franceses.

Esta publicação é própria para despertar uma verdadeira curiosidade, é bonita, tem graça, tem bom senso, diz grandes verdades, esclarece muitas coisas, é sempre justa, é independente. Que mais lhe querem, pela nossa parte estamos satisfeitos e só queremos que seja sempre assim. (*A Revolução de Setembro*, 20 de Junho de 1871)

No caso do surgimento da *Voz do Operário*, há um tom de censura na notícia:

A Voz do Operário – É este o título de um novo jornal, cujo primeiro número foi dado hoje à estampa. Da rápida leitura que dele fizemos, parece-nos que deverá satisfazer ao fim a que é destinado. Se se desviar das boas doutrinas sustentadas neste primeiro número depressa conhecerá o erro, o que teremos de sentir, porque somos dos que muito se interessa pelo melhor estar das classes que vivem do trabalho e para o trabalho. A dos manipuladores de tabaco, de que é órgão a nova folha, é das classes obreiras a que mais principalmente se torna digna de pronta e eficaz protecção. (*A Revolução de Setembro*, 12 de Outubro de 1879).

Sampaio definia-se a si mesmo como um jornalista que aceitava pacificamente a luta política através da imprensa e que admitia vozes discordantes no seu próprio jornal, conforme apregoou na Câmara dos Deputados, em Abril de 1856¹, dirigindo-se a outro parlamentar, que o acusava de acumular o jornalismo com o cargo de deputado, usufruindo, assim, de vantagens:

¹ *Diário da Câmara dos Deputados*, vol. IV, 1856, p. 38-39.

sou deputado e sou jornalista e não sei que a qualidade de deputado me inibia de exercer o ofício de jornalista, e declaro (...) que se tivesse de optar (...), optava pelo de jornalista. E o que me admira é que o ilustre deputado que (...) expõe aqui as suas opiniões, as não exponha também pela imprensa. Eu vou para lá, todos o sabem. Redijo os meus artigos e assino-os com o meu nome, não apareço só como editor responsável, mas também como redactor, e nem todos fazem assim, o que prova que a franqueza é mais fácil de alardear do que de seguir. Não censuro nisto ninguém, mas (...) seria mais curial que aqueles que se julgam ofendidos pela imprensa, recorressem à mesma imprensa, e se o ilustre deputado não tem um jornal que lhe admita os seus escritos, eu de muito boa vontade lhe ofereço um jornal (...).

Essa é que é a questão, e acho sempre inconveniente vir trazer para a tribuna as questões da imprensa. Se a imprensa pode falar agora aqui pela minha boca, não pôde falar sempre, e o ilustre deputado (...) pode responder-me pela imprensa (...), que eu aceito todas essas armas.

Assim, foi mais pelo seu exemplo de vida e acção que Sampaio demonstrou a sua fé na liberdade de imprensa, bem expressa na frase “antes quero uma imprensa anárquica do que uma imprensa perseguida”, que proferiu no calor da luta contra o cabralismo. Para ele, a liberdade de imprensa era uma forma de assegurar o controlo dos poderes, já que através dos jornais seria possível confrontar opiniões e denunciar os crimes e as prevaricações, conforme se assinalou nos textos relativos à promulgação da “Lei das Rolhas”, pelo Governo de Costa Cabral, em 1850, acima inseridos. Contraditoriamente, conforme já se referiu, o exemplo que Sampaio deu enquanto político, após 1851, foi o de alguém que passou a desconfiar da “imprensa anárquica” e que pretendeu, através dos tribunais e das leis, refrear o que entendia serem os excessos dos jornais.

Há alguns registos escritos do seu pensamento sobre a imprensa. Primeiro, pode dizer-se que Sampaio tinha plena consciência do seu grande poder, superior até ao dos deputados:

Senhores deputados, o poder da imprensa é eterno e o vosso é muito caduco e mortal. Vivemos há muito e temo-vos visto ora soberbos, ora humildes, ora ameaçando, ora pedindo misericórdia, enquanto que a imprensa do lugar sobranceiro em que se acha colocada, ora vos ataca nos vossos erros, ora vos compadece na vossa aniquilação. (*Revolução de Setembro*, 26 de Janeiro de 1850)

A 20 de Abril de 1846, o jornalista sustentou num suplemento ao *Revolução de Setembro*, já aqui referido, que a falta da liberdade de imprensa, sendo esta vista constitucionalmente como uma das “garantias do cidadão”, se assemelhava ao “silêncio dos túmulos”, deixando o país “à mercê do Executivo e dos seus agentes”. E relembra que foi com ausência de liberdade de imprensa que “o despotismo sempre (...) começou”. Cita, aliás, Montesquieu, no *Espectro*, para vincar a importância da liberdade de imprensa na luta contra as soluções despóticas:

Ao despotismo, convinha-lhe ser silencioso. Montesquieu escreveu: “Num estado livre, é indiferente que se pense bem ou mal. O caso é que se pense.” O famoso publicista acreditava, com razão, no sentimento da maioria e no poder da discussão. (*Espectro*, 13 de Janeiro de 1847)

Do mesmo modo, no *Espectro* de 26 de Fevereiro de 1847, António Rodrigues Sampaio escreve:

O jornalista é o sacerdote de uma religião, duma crença social – expõe a sua doutrina, discute, convence ou é convencido. A sua alma deve respirar sempre amor, o seu apostolado é um apostolado de paz. Se o seu irmão peca, deve dizer-lhe como o sacerdote do Evangelho: – *Fili, pecasti, non adjicias iterum.*

Portanto, para Sampaio, jornalismo é engajamento doutrinário, militância e panfletarismo, exige entrega total, e o jornalista é o intérprete sacerdotal dessa missão. Uma missão superior à do próprio parlamentar, pois, embora a tribuna e o jornalismo sejam “filhos da mesma mãe”, “a tribuna é a voz do privilégio”, enquanto a imprensa “é a voz do povo” e o seu “sufrágio” é “universal” (*Revolução de Setembro*, 10 de Julho de 1848).

Sendo intérprete de uma doutrina, o jornalista, depreende-se das palavras de Rodrigues Sampaio, deve ser, ainda assim, um intérprete cordato, que aponte paternalmente os erros dos adversários: “a sua alma deve respirar (...) amor, o seu apostolado é um apostolado de paz”. Essa visão corresponde, aliás, aos juízos que os contemporâneos de Sampaio fizeram sobre a sua pessoa: adversário corrosivo, frontalmente corajoso, mas leal e bondoso, pouco dado a vinganças, profundamente imbuído dos ideais católicos da compaixão e do perdão.

O excerto de texto anterior invoca também a ideia do jornalista como sacerdote e do jornalismo como sacerdócio, comum nos escritos dos que reflectiram sobre a natureza da profissão em Portugal (ver, por exemplo, SOUSA, 2008a; 2008b; 2008c; SOBREIRA, 2003). Sendo sacerdócio, o jornalismo implicaria a total disponibilidade do jornalista, crença, convicção, proselitismo e doutrinação. Essa visão do jornalismo como sacerdócio opôs-se, por muitos anos, à do jornalista como *técnico* capaz de obter, produzir e difundir informação (ver, nomeadamente: SOBREIRA, 2003). É uma percepção que, inclusivamente, Sampaio vincará no *Revolução de Setembro*, a 16 de Novembro de 1848, quando exclama, referindo-se ao jornalismo, que “Este sacerdócio é grande e majestoso quando é livre e independente”. Nessa frase, porém, remete já para outros valores caros aos jornalistas: liberdade e independência.

Os mesmos princípios de liberdade com responsabilidade, independência, mas também do jornalismo como doutrina e sacerdócio, são vertidos, identicamente, no artigo de fundo que Rodrigues Sampaio assinou no *Revolução de Setembro*, a 26 de Setembro de 1856:

Consideramos mais nobre a imprensa do que a costumam considerar os nossos adversários. Ainda que sejamos o órgão e o defensor de grandes interesses públicos, não nos limitamos somente a ser o reflexo das opiniões recebidas, nem o eco do que se diz, nem a repercussão dum sentimento geral; cremos que a imprensa deve ser um livro de instrução e tomar, por isso, a iniciativa nos diversos assuntos, esclarecendo a opinião pública, que pode ser errada, em vez de seguir rotineiramente, obstando assim a todo o progresso razoável e sensato. É assim que nós temos exercido este sacerdócio; é assim que o havemos de continuar a exercer. *Real, real*, repetem-no os papagaios, mas a imprensa deve ser mais alguma coisa. (*Revolução de Setembro*, 26 de Setembro de 1856)

Num outro número do *Espectro*, o de 9 de Janeiro de 1847, lamenta “a cegueira de certos publicistas que sustentam uma Corte corrupta com receio de outra pior”. Publicista, para Sampaio, era aquele que se dedicava à *publicidade*, entendida como a publicitação de factos e ideias através da imprensa. Assim sendo, publicista era sinónimo de jornalista. Ora, segundo se depreende das palavras de Sampaio, a missão jornalística teria uma dimensão moral. Os jornalistas, embora doutrinários, não poderiam ser cegos, isto é, não poderiam ignorar a verdade e muito menos apoiar cegamente um Poder Régio e um Governo corruptos. A questão da perseguição da verdade, do *falar verdade*, era, aliás, segundo Sampaio, um elemento fulcral para a definição de um jornalista, tal e qual como escreve no *Espectro* de 19 de Dezembro de 1846: “Falai em tudo verdades (...). Nestas horas tremendas (...) é preciso ser franco e leal, é preciso falar como se estivéssemos na presença de Deus a dar-lhe conta de todos os nossos pensamentos e acções.”

A perseguição da verdade jornalística continuará a ecoar, pelos tempos fora, na prosa de António Rodrigues Sampaio, conforme se demonstra no exemplo seguinte, extraído do *Revolução de Setembro* de 6 de Dezembro de 1850. No entanto, a questão da verdade jornalística, para ele, entroncaria na luta política:

A imprensa não tem outra missão se não a de dizer a verdade e de propor os melhores alvitre de administração. Se o Governo faz mal, é necessário argui-lo e obrigá-lo a fazer bem; se faz pouco, é necessário instigá-lo a fazer mais; se tem más tendências, é necessário combatê-lo; se as tem boas, é necessário animá-lo. (*Revolução de Setembro*, 6 de Dezembro de 1850)

Ser fiel à verdade é, relembre-se, um valor central dos jornalistas, inculcado no jornalismo através da historiografia clássica de Heródoto, Tucídides, Xenofonte e outros (SOUSA, 2008d). Por isso, amiúde Sampaio volta a repisá-lo e enaltecê-lo, sugerindo, ainda, que a imprensa deve ser suficientemente escrutinadora para aclarar o que está escondido: “a imprensa é feita para tirar a verdade dentre as maranhas dos enredadores e iluminar bem os recantos e as insidias das veredas políticas.” (*Revolução de Setembro*, 16 de Novembro de 1848)

Os deveres mais altos da imprensa deveriam ser, na versão de Sampaio, ilustrar e inspirar. Um jornal não deveria ficar, infere-se das suas palavras, pela superficialidade dos factos. Pelo contrário, era-lhe cobrado explicar, guiar e doutrinar. Os ideais da Modernidade, misturados com o do doutrinário jornalístico, continuavam bem presentes no jornalismo oitocentista português:

Não seremos nós escritores públicos os que havemos de rebaixar o nobre mister da imprensa. Não seremos nós que havemos de reduzir este novo poder dos estados, talvez o seu verdadeiro poder, a um escrutinador de votos, a um verificador de vontades, a um apurador de consciências. A nossa missão é mais nobre, o nosso mister mais elevado, o nosso apostolado mais augusto.

A imprensa que se inspira e não inspira é sem inteligência e sem vontade, é um instrumento mecânico, não é uma potência de alma, recebe mas não dá, regista mas não discute, conta mas não explica a razão dos acontecimentos, fala mas não pensa, é papagaio e não homem – só diz o que ouve

dizer, não tem vontade própria, porque só quer o que os outros querem, abdica, porque não sabe pronunciar um voto.

(...)

De que serve a imprensa se não há-de ilustrar os povos? E como ilustra se não se eleva acima deles? Como esclarece se não pode pregar uma nova doutrina, converter os que não crêem nela, chamar ao caminho os que andam desgarrados? É essa uma imprensa que não convence, é convencida; não guia, é guiada; não ensina, aprende.

Não é, nunca foi, nem há-de ser essa a missão da verdadeira imprensa. A faculdade de manifestar cada um o seu pensamento não é a de manifestar o pensamento dos outros. Aquela faculdade é que nos dá o direito de expendermos a nossa opinião individual e de pugnarmos quanto em nós couber para a fazermos triunfar – não um triunfo sobre o corpo mas sobre o espírito, não uma conquista bruta mas uma conquista sobre as inteligências. A maioria tem o direito de se fazer obedecer, mas a minoria, o indivíduo, tem-no igualmente de se fazer ouvir e de procurar converter essa minoria em maioria pela discussão que ilumina a inteligência e dirige a vontade.

(...)

A imprensa não é pois somente um órgão, uma representação, é e cumpre que seja, um ensino e um astro que ilumine. (*Revolução de Setembro*, 11 de Maio de 1848)

A 6 de Fevereiro de 1844, após o insucesso da revolta anti-cabralista de Torres Vedras, e num tempo em que a ofensiva contra a liberdade de imprensa recrudescia, Sampaio redigiu o seguinte texto no *Revolução*:

daqui a pouco, a publicidade, condição indispensável do sistema constitucional, será vedada, os prelos condenados como aríetes da anarquia, os tipos destruídos como projecteis da revolução. Calar-se-á o jornalismo. O silêncio da escravidão pesará sobre este País como uma campa de mármore negro sobre o túmulo. (*Revolução de Setembro*, 6 de Fevereiro de 1844)

Essa passagem permite perceber que António Rodrigues Sampaio considerava o jornalismo livre indispensável aos estados democráticos de direito, graças ao seu papel na publicitação e no escrutínio dos actos de poder. Sem jornalismo, impor-se-ia o “silêncio da escravidão” a um povo. Amordaçado, este ficaria incapaz de se sintonizar com a actualidade e de julgar com consciência de causa os actos de poder. A 5 de Janeiro de 1849, noutra passagem da secção “Interior” do *Revolução de Setembro*, na qual se reconhece o vigoroso estilo de Sampaio, este sublinha efectivamente a ideia de que o jornalismo doutrinário livre, no âmbito do qual os periódicos opostos possam dialogar e digladiar-se, é indispensável para a ilustração dos povos e para a alimentação do próprio processo político parlamentar. Por outro lado, no mesmo texto, demonstra-se que os jornais políticos do Portugal oitocentista sobreviviam graças aos apoios financeiros de quem representavam, incluindo o próprio Governo:

O (...) Governo (...) a nós, a imprensa, nunca (...) respondeu. A opinião pública (...) nunca foi ilustrada. Esses periódicos, que o Governo paga, deixaram-no condenar à revelia. (...) Quando esses jornalistas pedem a paga, porque não lhes diz o Ministério – não careço de vós, tenho o Parlamento onde me defenderei?

Nos países constitucionais, onde a imprensa discute, as questões vão ilustradas cá de fora, e os representantes da Nação nada mais fazem do que dar movimento e vida à letra morta, ao trabalho baldado e estéril do jornalista. Estudando as questões dadas pró e contra, podem formular melhor o seu

juízo, e nem se expõem a fazer uma acusação injusta, nem a deixar de acusar uma injustiça flagrante (...). (*Revolução de Setembro*, 5 de Janeiro de 1849)

Por isso, Sampaio condena vigorosamente os atentados contra a liberdade de imprensa, conforme se pode observar, por exemplo, neste vigoroso texto, extraído do *Revolução de Setembro* de 4 de Outubro de 1847, no qual enquadra os ataques às tipografias dos jornais opositoristas na categoria dos crimes graves e, ironicamente, acusa o Governo de dar exemplos “animadores” sobre a forma de governar:

A nossa tipografia está rodeada de soldados (...). Não nos espanta (...) este prelúdio de um grande crime (...). O atentado cometido contra a imprensa do *Nacional*, no Porto, (...) ficou impune (...). O exemplo foi animador.

Também no *Revolução de Setembro*, mas a 10 de Abril de 1851, igualmente num texto contra Costa Cabral, Rodrigues Sampaio escreveu o seguinte:

A imprensa é civilizadora, é conselheira de paz, é mensageira da verdade. Pondo a mão sobre o coração do país, conta todas as suas palpitações, espreita todos os seus movimentos, e procura dar-lhes uma solução pacífica e racional. A imprensa não diz ao povo que se insurja, mas diz e repete cem vezes ao Governo que o seu sistema leva o povo direito à insurreição. A imprensa não excita as paixões do país contra as autoridades, mas tem a obrigação de dizer que o roubo, o peculato e a concussão são motivos suficientemente fortes para excitar todas as sensibilidades e levantar todos os corações honestos e todos os ânimos pundonorosos. (*Revolução de Setembro*, 10 de Abril de 1851)

O que se intui desse excerto de texto é que, para Sampaio, o jornalismo tem uma missão civilizadora, na linha dos argumentos liberais sobre a liberdade de imprensa. Efectivamente, para os liberais oitocentistas portugueses, conforme se pode observar, por exemplo, pelos textos de Casal Ribeiro (1850), Silva Ferrão (1850), Cavroé (1821) ou Sinval (1823), a imprensa livre é veículo de conhecimento e de confronto de pontos de vista, impede o despotismo, permite o escrutínio do poder e dá expressão pública aos pensamentos individuais, expandindo a liberdade de pensamento, vista como um *direito natural* do homem. Aliás, registe-se que Sampaio, no editorial do último número do *Espectro* (3 de Julho de 1847), tem uma frase, dirigida aos leitores, em que revela a sua crença na imprensa como veículo das Luzes: “A imprensa livre vos ilustrará.”

De acordo com essa missão civilizadora, a imprensa seria ainda, de acordo com Sampaio, “conselheira de paz”. Aqui, estará já em destaque a faceta da imprensa como espaço através do qual os indivíduos podem confrontar pontos de vista sem necessidade de se encontrarem e, muito menos, de entrarem em guerra. Ele próprio diz que a imprensa pode contribuir para dar “uma solução pacífica e racional” aos problemas do país. Era contra os “publicistas de baioneta e cacete”, conforme escreve no *Revolução* de 23 de Setembro de 1847, e favorável, portanto, a uma transferência da violência física e social para a palavra – para o plano do *simbólico*. A palavra,

mesmo virulenta e forte, ou até injuriosa, causa sempre menos moossa do que o “cacete” ou as “baionetas”.

Mas mais importante, para Sampaio a imprensa também é “mensageira da verdade”. Comprometer-se com a verdade, exprimir o mundo com verdade, é o valor central do jornalismo, tomado à historiografia (SOUSA, 2008a). Os artigos de Sampaio podem, assim, ser lidos como uma luta pela verdade, ou pelo menos como uma luta pela supremacia de *uma* verdade. No entanto, também podem ser lidos como pregões de determinadas causas. Registe-se, aliás, que as insinuações caluniosas e as acusações nem sempre justas que António Rodrigues Sampaio dirigiu a D. Maria II e aos Cabrais, especialmente a Costa Cabral, fogem à ideia de luta pela verdade. Alguns dos seus textos são mesmo exemplos de “jornalismo” de causas e neles a verdade dos factos é subordinada à conveniência das causas. O próprio excerto de texto acima inserido demonstra claramente a fé de Sampaio na imprensa como veículo de mobilização popular para a defesa dessas mesmas causas – “A imprensa não excita as paixões do país (...), mas tem a obrigação de dizer que o roubo, o peculato e a concussão são motivos suficientemente fortes para excitar todas as sensibilidades e levantar todos os corações honestos e todos os ânimos pundonorosos.”

Uma outra passagem do texto acima merece destaque. Para António Rodrigues Sampaio, a imprensa consegue auscultar o “coração do País”, dar conta de “todas as suas palpitações”, observar “todos os seus movimentos”. Aqui transparece a crença de Sampaio na imprensa como indício, ou talvez mesmo espelho, do que se passa num território. Afinal, ontem como hoje os jornais servem para dar a conhecer o que se passa, para promover o conhecimento geral, pois, como ele disse no *Revolução* de 25 de Fevereiro de 1854, “a revolução moderna está na ilustração”.

Também é de dizer que os já referidos ataques de Sampaio, através do *Espectro*, aos jornais *O Popular* e *Brado da Lealdade*, que visavam a vida familiar de D. Maria II, demonstra que este jornalista acreditava na separação entre a vida privada, que não deveria ser objecto do jornalismo, e a vida pública, que legitimamente poderia ser objecto de cobertura e interpretação jornalísticas. Efectivamente, Sampaio condenou o uso da linguagem desbragada do mais violento dos jornais clandestinos da Patuleia, *O Popular*, em termos bastante claros. Escreve, efectivamente, Rodrigues Sampaio no *Espectro* de 26 de Fevereiro de 1847: “Apareceu (...) *O Popular*. *O Espectro* faltaria à sua missão se ficasse silencioso à vista da linguagem que nele se emprega. Magoou-se-nos o coração ao lê-lo.” (*Espectro*, 26 de Fevereiro de 1847)

Noutro número do *Espectro*, o de 24 de Junho, vinca, novamente, a necessidade de defesa da reserva da vida privada e familiar pelos jornalistas, a propósito do descomedimento de um outro jornal – *O Brado da Liberdade*:

Lemos no *Brado da Liberdade* uma acusação que nos cobriu de vergonha. Diz o papel cabralista que a família do Rei está devassando o paço, que o esposo da Rainha se vai enchendo de vícios (...). Os ministros espalham a mãos largas estes infames papéis.

O partido popular (...) respeitou sempre a vida privada da Real Família. Não merece ser Rainha (...), mas não merece ser caluniada. O *Espectro* não a pode amar, porque não pode amar a tirania. Mas é preciso ser justo e clamar que o *Brado da Liberdade* é um infame (...).

Também no *Revolução de Setembro*, Sampaio escreveu sobre a necessidade de contenção no campo do jornalismo. Fê-lo por múltiplas vezes. Por exemplo, a 10 de Abril de 1851, numa afirmação já citada, Rodrigues Sampaio diz que a imprensa não pode incitar o povo às revoltas, ainda que tenha um dever sagrado de denunciar e alertar para as razões que as podem detonar:

A imprensa não diz ao povo que se insurja, mas diz e repete cem vezes ao Governo que o seu sistema leva o povo direito à insurreição. A imprensa não excita as paixões (...) contra as autoridades, mas tem obrigação de dizer que o roubo, o peculato e a concussão são motivos suficientemente fortes para excitar todas as susceptibilidades e levantar todos os corações honestos e todos os ânimos pundonorosos. Esta missão sacratíssima, temos a consciência de a haver desempenhado. (*Revolução de Setembro*, 10 de Abril de 1851)

Similarmente, noutro texto, António Rodrigues Sampaio convoca os jornalistas – em especial os *publicistas* famosos – a conterem-se na forma como vergastam o Governo, empregando, conforme lhe era comum, metáforas de cunho religioso:

Instruir o povo, fundando escolas, criando institutos, dotando professores, animando as artes; melhorar a situação económica abrindo vias de comunicação, distribuindo com igualdade o imposto, aplicando-o com discrição, era até hoje a missão do estadista. Incitar os poderes públicos a cumprir esta missão era o dever da imprensa; argui-los por faltar a ela era a sua prática constante; mas envergar a roupeta do jesuíta por cima dos guizos do histrião e ver arvorados em vigários gerais os publicistas cujas virtudes a fama apregoa, amaldiçoando os bens terrenos estes moralistas ascéticos macerados pelo jejum e pelo cilício, é o que nos faltava para ver nesta época de paradoxos. (*Revolução de Setembro*, 16 de Maio de 1855)

Já a 22 de Junho de 1858, o jornalista apela, no *Revolução de Setembro*, à “imprensa esclarecida e honesta” para não propagar insinuações “torpes e indecentes” sobre as Irmãs da Caridade, congregação que tinha regressado a Portugal, e salienta “desaprovar este desvio que a desonra”. Para ele, os jornais não têm o direito de “ofender a sociedade”, por mais que tenham o de “divergir uns dos outros”.

A contenção verbal dos jornalistas significa igualmente, segundo António Rodrigues Sampaio, não acusar sem provas, ainda que o jornalismo exerça, diz também ele, o papel de vigilante dos poderes, de *watchdog*, sinal de que essa função jornalística nas sociedades democráticas já tinha sido interiorizada pelos jornalistas portugueses de oitocentos:

a imprensa invade tudo, sabe tudo, mas não lhe é lícito dizer tudo. Sentinela vigilante postada às portas do poder, nada lhe pode ser defeso, mas para crédito seu não pode levantar às vezes o véu do mistério que encobre muitas torpezas. O acto existe, mas as provas faltam (...). (*Revolução de Setembro*, 24 de Agosto de 1848)

A seriedade, a gravidade, a elevação, a nobreza, seriam, portanto, na visão de Sampaio, indispensáveis ao jornalismo político – que só assim poderia reivindicar a sua condição de sacerdócio, outra ideia cara a Sampaio e comum entre os teóricos portugueses do jornalismo e entre o imaginário profissional dos jornalistas portugueses até ao século XX (SOUSA, 2008b; 2008c; 2008d; SOBREIRA, 2003):

A governação do Estado quer também vento da oposição que a agite, discussão séria que a alimente, controvérsia que a excite. Mas o mexerico não é próprio da imprensa grave, não é meio de oposição nem de governo, não é recurso político, porque desconsidera o que o emprega como abatimento moral e como quebra de inteligência. A imprensa não é soalheira, é tribuna; não é palestra de bisbilhotes, é apostolado de doutrinas; não é balcão de impostura nem de calúnias, é cadeira de verdade. Elogia o bem sem baixeza, argui o mal com dignidade, defende com desinteresse, ataca sem prevenção, sustenta com consciência, reprova por convicção, respeita-se a si própria para se fazer respeitar dos outros, para adquirir autoridade e força, condição necessária para ser aceite a sua doutrina, reconhecida a sua missão, acatado o seu império, frutífero o seu trabalho, respeitada a sua opinião, seguido o seu conselho e coroada de sucesso a sua direcção.

A imprensa é magistratura que julga, não é algoz que suplicia; é sacerdócio que santifica, não é ofício vil que degrada; é farol que ilumina, não é nuvem negra que escurece; é juiz que aprecia, não é beleguim que prende; é instituição benéfica, não é valhacouto de malfeitores; é inimiga de criminosos, não é terror de inocentes. Instituição nobre e pura, os seus sacerdotes devem ser puros como ela.

Inspira-nos estas palavras não o desvio da imprensa mas a nobre atitude que a vemos tomar numa questão onde talvez se venham a revelar grandes mistérios. As paixões podem ser às vezes injustas, mas nessa injustiça pode haver, até certo ponto, nobreza.

Decipimur specie recti.

O desejo do bem pode cegar-nos na escolha dos meios; mas profanar o templo augusto, arrastar vítimas inocentes, traficar com a honra alheia, salvar os próprios crimes, imputando-os aos outros, a imprensa política não o pode consentir, seja qual for a sua posição, porque é quebrar o instrumento do seu poder e destruir a base da sua força. Seja a imprensa digna de si, que achará nisso a sua recompensa. (*Revolução de Setembro*, 2 de Fevereiro de 1860)

Um outro ponto relevante do pensamento de Sampaio sobre a imprensa diz respeito à defesa da do estabelecimento de um estatuto editorial que diferencie cada órgão de comunicação social e clarifique o seu posicionamento e as suas ligações ao poder político (e quiçá ao económico), opção lógica de quem via no jornalismo essencialmente um modo de intervir politicamente no espaço público. De algum modo, o jornalista parece sustentar que só tornando a relação jornal-leitor-público transparente é possível, a um periódico, celebrar um contrato de leitura com o leitor. Portanto, sem programa, sem abraçar uma doutrina, um órgão de comunicação social não teria coluna vertebral. É o que parece transparecer da crítica que faz, no *Revolução de Setembro* de 27 de Setembro de 1848, ao aparecimento de um novo jornal, *O Lusitano*:

O Lusitano parece não ter sistema, i. e., um corpo de doutrina que é preciso abraçar com preferência a outro qualquer (...). Cumpre adoptar um sistema, com todos os seus inconvenientes, porque nenhum há que não os tenha. (*Revolução de Setembro*, 27 de Setembro de 1848)

É a mesma preocupação pela transparência dos projectos jornalísticos, na promoção, na liderança e na linha editorial, que se observa neste outro excerto de um texto de António Rodrigues Sampaio:

Aparece agora um jornal que também não tem bando, não tem chefe, não tem grémio, não tem soldados, não tem homens, mas presta homenagem aos grandes e generosos dogmas de genuíno grémio progressista. Parece ser uma variante do senhor conde de Ávila, brincando com os princípios como o ministro popular brinca com as suas numerosas condecorações. (*Revolução de Setembro*, 30 de Julho de 1865)

Apesar de Rodrigues Sampaio chamar cada jornal a abraçar, transparentemente, um posicionamento político, não deixa, porém, de sustentar que um periódico não pode ser apenas a reverberação de um partido. Segundo o que parece transparecer dos seus escritos, um jornal deverá ser colocado num plano mais elevado do que as simples querelas políticas, pois cabe-lhe exercer pedagogia cívica, assumidamente doutrinária e, portanto, sacerdotal, sem sacrifício da sua esfera de autonomia:

Um jornal não representa simplesmente um partido, porque nesse caso seria eco, e não sacerdócio nem ensino. Nós não somos eco nem caudilho. Pregamos uma doutrina (...). Se interpretamos mal o credo (...), a culpa é nossa (...); se interpretamos bem, a glória é para o partido. (*Revolução de Setembro*, 16 de Março de 1852)

Os vários exemplos acima aduzidos demonstram que, efectivamente, na produção intelectual – jornalística e política – de Sampaio é habitual, ainda que não frequente, a ponderação do papel da imprensa na sociedade e a análise do jornalismo do seu tempo. Por exemplo, a 17 de Setembro de 1852, escrevia no *Revolução de Setembro* que a crítica jornalística não deveria ser fulanizada:

A imprensa livre é assim. Considera o acto nas suas consequências e não atende ao homem que o pratica. (*Revolução de Setembro*, 17 de Setembro de 1852)

Noutros exemplos, António Rodrigues Sampaio tenta demonstrar, um tanto ou quanto sofisticadamente, que, em democracia, a liberdade de imprensa, sobretudo quando insuflada por um espírito de elevação, respeito e razão, é um princípio superior de regulação social – até porque da discussão livre poderia emergir a verdade. Mas mais do que isso, conforme se denota, em especial, no último dos exemplos seguintes, para ele os jornais livres devem assumir papéis de liderança no âmbito da luta política:

Amamos a liberdade de imprensa, porque a discussão desfaz os chorrilhos e as calúnias, confundindo os mexeriqueiros e revelando a nulidade de muitos discursadores. (*Revolução de Setembro*, 2 de Setembro de 1855)

Hei mihi, qualis erat! Quantum mutatus ab illo.

A imprensa é a prática da liberdade. Como todas as coisas humanas tem vantagens e inconvenientes, destrói e edifica, corrompe e moraliza, ilude e desengana, cega e esclarece. A imprensa não é um homem, não é um livro, não é um jornal, é uma instituição, é o parecer escrito de todos os homens, é a apreciação e o alvitre de todos os livros, é a opinião contraditória de todos os jornais. A imprensa não é um indivíduo, é um corpo colectivo que é avaliado pelo resultado geral dos seus actos.

Os apóstolados da imprensa podem ser bons ou maus sem que a instituição padeça; podem abusar como abusa o juiz, como abusa o administrador, como abusa o padre. Podem fazer mal à sociedade como o podem fazer a si mesmos. Mas a possibilidade do abuso não pode prejudicar a liberdade como a corrupção do magistrado não prejudica a causa santa da justiça e como a indignidade do ministro do altar não prejudica a verdade da religião.

Quando o divino mestre ensinava os discípulos pregava-lhes com o exemplo. *Exemplum enim dedi vobis ut quomodo ego facio ita et vos faciatis*. Fazei o que eu faço, segui o meu exemplo.

Nem todos os apóstolos da imprensa cumprem o preceito evangélico. Para eles o apóstolado da imprensa é uma especulação interesseira. Quando o poder não segue os seus ditames, quando o pórtico dos Bórgias lhes é vedado, queixam-se dos homens e não do sistema, porque este é bom e aqueles são maus, levantam-se contra os especuladores políticos, avivam o seu passado contraditório, condenando os que pretendem passar sobre ele a esponja do esquecimento, censuram o apoio dos charlatães, a simpatia dos devassos, a dedicação dos hipócritas e estigmatizam a ignorância, o desaforo, o egoísmo e o ridículo. Tácito escreveu para estes o *omnia serviliter pro dominatione*.

Quando porém se abre o pórtico dos Bórgias, o braço robusto que queria arrancar o B enfraquece e os ousados que atacavam os homens fulminavam as contradições, condenavam os charlatães, os devassos e os hipócritas convertem-se ao culto da ideia, desprendem-se das paixões do mundo e recomendam indulgência nas palavras e benevolência para com os homens, porque hoje o grande torneio é o das ideias, o dos princípios e das doutrinas, importando pouco quem realiza o princípio, se esse princípio é bom!

Eremitas, onde está a vossa thebaida? Quais foram os desenganos do mundo que vos fizeram desmentir os actos passados da vossa missão civilizadora? Como julgáveis cumprir o vosso apóstolado, fulminando as contradições dos homens e como solicitais hoje uma benevolência tardia para eles? Como condenáveis há pouco o esquecimento das contradições e dos precedentes dos homens e como proclamais hoje a aceitação do princípio *sem nos importar quem o realiza?*

Entendemos. As vossas lutas homéricas de ontem são hoje ridículas por obsoletas, desnecessárias por impotentes, desprezíveis por espectadoras. O que era ontem justo, é hoje um auto de fé onde se imolam as reputações. O esquecimento era ontem um crime; a recordação é hoje um escândalo! Ontem era um direito a publicidade dos actos contraditórios, hoje é uma ofensa da moral. Por outra – ontem pedíeis a condenação dos vossos adversários, hoje suplicais clemência para vós.

A imprensa não foi instituída para tráfego de consciências. É menos repreensível a sua rudeza que o seu mercantilismo. A rudeza prejudica-a a ela, mas nem corrompe, nem moraliza a sociedade. E quando se quer mostrar civilizada, condenando os outros por usarem do direito que ela amplamente usou, a sua tentativa denuncia a sua especulação, a sua benevolência desmente a sua coragem contra os homens, e em lugar de obliterar no seu frontal de política o dístico desanimador

Par me si va tra la perduta gente

aviva a sua letra negra e num vergonhoso silêncio

guarda e passa.

A. R. Sampaio. (*A Revolução de Setembro*, 1 de Agosto de 1860)

Não estamos na imprensa para sustentar ou combater governos, o nosso fim é mais nobre e mais elevado. No seu lidar incessante, pode ela ora ter de louvar, ora que repreender, mas a sua missão principal não é o louvor nem o vitupério, é examinar a verdade, dar o seu alvitre, discutir o dos divergentes, pugnar pela sua liberdade, respeitar a dos outros para fazer respeitar a dela e despir-se das

ruins paixões que pervertem o espírito e ofuscam a razão. (*Revolução de Setembro*, 20 de Setembro de 1866)

A imprensa, ninguém a regenera, regenera-se ela mesma. A imprensa é até certo ponto o reflexo da sociedade e devia antes ser o seu farol e o seu guia. A imprensa exprime umas vezes o gosto estragado de uma fracção do povo, outras os seus preconceitos, outras as suas paixões, outras as suas opiniões mais ou menos justas, mais ou menos erradas, outras os seus interesses de momento nem sempre legítimos, nem sempre verdadeiros, quando devia representar sempre a razão e a justiça, a imparcialidade e a cordura, a docilidade em escutar as razões opostas, a tolerância para com as opiniões contrárias, instruindo e instruindo-se, sendo antes uma academia de homens que desejam esclarecer, que um circo de gladiadores que se devam mutuamente despedaçar. (*Revolução de Setembro*, 25 de Julho de 1863)

Assim, como se via Sampaio a si mesmo ao exercer o seu *mister* de jornalista? Como alguém que perseguia uma missão política no seio de uma sociedade livre:

Tivemos hoje a honra de ser citados desfavoravelmente no Parlamento e na imprensa por causa da liberdade do pensamento e da sua comunicação. Desagradámos à unha branca e à unha negra. Sentimo-lo, porque para um só coração é muita mágoa; mas persistimos no propósito de amar mais a liberdade que a tirania, mais a religião que o padre e mais a justiça que o carrasco.

A nossa missão não é teológica, é política. Falamos e escrevemos no interesse da sociedade e dos cidadãos. (*Revolução de Setembro*, 1 de Fevereiro de 1865)

Interessantemente, o autor também reflecte sobre as circunstâncias da obtenção das informações que alimentavam as notícias dos jornais. Fá-lo a partir da constatação, em jeito de crítica, da insuficiência de comunicações entre a metrópole e as colónias portuguesas. E o que ele diz? Diz que as notícias oficiais normalmente não eram publicadas. Porquê? Não o diz, mas adivinham-se hipotéticas razões: ausência de valor como notícias, parcialidade no relato ou mesmo não chegarem ao conhecimento dos periódicos, retidas nos meandros da administração pública. Já as notícias que chegavam às mãos de particulares não eram publicadas ou porque não chegavam aos jornais ou porque não eram certas – o que demonstra, mais uma vez, a preocupação dos jornalistas de oitocentos pela vinculação do discurso à realidade, ou seja, pela verdade:

São raras as nossas comunicações com as províncias ultramarinas. Escasseiam, portanto, as notícias que de lá temos. As oficiais não é uso publicá-las. As particulares ficam nas mãos de quem as recebe e nem todas são dignas de crédito. (*Revolução de Setembro*, 28 de Outubro de 1855)

A fé de Rodrigues Sampaio na imprensa – e em particular no debate político conduzido através da imprensa política, independentemente da consideração pessoal pelos adversários – é relevado pelas sucessivas manifestações de regozijo, ou crítica, pela publicação de novos jornais. Eis, por exemplo, o que escreve sobre o aparecimento do jornal *O País*, de Alexandre Herculano, que tinha acabado de recusar a pasta ministerial do Reino:

Ainda não mencionámos a aparição do *País*, novo jornal da oposição redigido por homens convictos e penas conhecidas. Faltámos involuntariamente por alguns dias à urbanidade jornalística e

ao testemunho de estima, que nos merecem os redactores daquele jornal. Quanto aos retrospectos históricos de que ele se tem ocupado, podemos discordar na apreciação de alguns factos e nas consequências que deles se pretendem tirar. Mas quanto à indignação pelo nosso abatimento, à aversão aos nossos desconcertos, quanto ao afã pelos progressos morais e materiais da Nação, não julgamos avantajá-los em nada à redacção do *País*. As suas tendências políticas são de certo outras, mas fora deste terreno havemos de encontrar-nos e abraçar-nos amiudadas vezes. (*A Revolução de Setembro*, 30 de Julho de 1851)

Às vezes, Sampaio era mordaz. Ao *Periódico dos Pobres*, por exemplo, apelidou de “boletim de segredos do partido dominante” (*Revolução de Setembro*, 18 de Fevereiro de 1848).

Como via António Rodrigues Sampaio a imprensa industrial? Em particular, como via determinados “pasquins” que propalavam notícias que, segundo ele, seriam mentirosas e caluniosas? Encarava-os da pior maneira possível e como uma séria ameaça à imprensa política, que ele observava estar a ficar cada vez mais permeável às bem sucedidas fórmulas do jornalismo industrial:

A que se pretende reduzir a imprensa política, este nobre sacerdócio de uma religião, de uma crença social? Como expõe a sua doutrina, como discute e procura convencer? Que sentimentos respira a alma dos sacerdotes da imprensa?

Oh! Como é triste e dolorosa a resposta que a verdade mandar dar a estas interrogações! Que desalento que ela produz no espírito de todos os que consideram a imprensa como o sustentáculo mais firme das liberdades públicas, o instrumento mais poderoso da civilização dos povos.

O jornalismo, com excepções honrosas e que felizmente não são ainda muito raras – não professa uma religião, não tem uma crença social ou política, não expõe uma doutrina, não discute, não procura convencer, não se mostra nunca convencido – injúria, inventa e propala calúnias. A alma desses falsos sacerdotes, sem religião e sem crenças, não respira senão inveja, ódio e vingança.

Ao lado do jornalismo político e à sombra dele nasceu o jornalismo industrial, o jornalismo que é o ofício e a profissão da calúnia, o mais vil de todos os ofícios, a mais nefasta de todas as profissões.

A imprensa, que devia servir para propagar todas as ideias justas, todas as doutrinas sãs, todos os inventos úteis; a imprensa, que devia servir para fortalecer os vínculos sociais, promover e consolidar a aliança da liberdade com o princípio da autoridade, reivindicando energicamente os foros do cidadão, apontando ou condenando os erros ou abusos do poder, mas respeitando ao mesmo tempo os seus direitos, a imprensa que devia exercer a mais nobre e grandiosa missão, que simples cidadãos podem exercer num país livre, converte-se e transforma-se em oficina do que há de mais torpe e mais nocivo numa sociedade política, que tem, como condição essencial da sua existência, o progresso rápido no caminho da civilização – converte-se e transforma-se em oficina de calúnias, que se inventam e propalam com a mira no lucro do preço da venda ou com o interesse mais sórdido ainda de enfraquecer o princípio da autoridade, amortecer os sentimentos de patriotismo, relaxar os vínculos sociais e produzir uma dissolução de costumes e uma confusão de ideias, em que os devassos não sejam notados e repelidos pelos homens de consciência limpa e carácter puro.

Os produtos dessas oficinas apregoam-se com os nomes de *Mosquitos* e *Torniquetes* etc., nas ruas da capital e das principais cidades do Reino; e para espicaçar o apetite ou armar negaças à curiosidade dos consumidores, põe-se em relevo a torpeza da calúnia e o descabelado da verrina, garante-se a fúria do escritor, clamando que o jornal, que se pretende vender, *vem furibundo*.

Se o público se não associar à imprensa séria, para expulsar os vendilhões do templo, onde só deve estar um sacerdócio ilustrado, professando uma religião, ensinando uma doutrina, apostolando uma crença social, dentro de pouco tempo estará arruinado o mais firme sustentáculo das liberdades públicas e inutilizando o instrumento mais poderoso da civilização deste País, porque uma imprensa, sem crédito e sem autoridade, não pode realizar a missão para que foi instituída. (*Revolução de Setembro*, 13 de Setembro de 1867)

Ora, apesar de reconhecer à imprensa uma identidade própria, considerando-a, conforme foi visível nos variadíssimos exemplos aqui aduzidos, uma *instituição social*, tal e qual conforme reclamavam os pioneiros alemães da sociologia (Sousa, 2008a), António Rodrigues Sampaio, um tanto ou quanto motivado pelos ventos políticos do momento, mostrou-se contra a instituição de tribunais especiais para regulação dos ilícitos de abuso da liberdade de imprensa. Para ele, a imprensa deveria ser regulada pelas leis comuns:

Choram pelas leis de excepção os que se dizem defensores da liberdade de imprensa. Os delitos que ela comete são delitos sublimes que carecem de uma especial garantia para os delitos, que para a liberdade a deve conceder a lei a todo o cidadão, seja qual for a sua posição ou escala social.

O senhor conde de Tomar não justificou com outras razões a sua lei das rolhas. Para os crimes nobres da imprensa, um tribunal especial mais nobre ainda. Igualou-se a repressão à grandeza do atentado e o povo de 1850, essa plebe ignóbil, viu na distinção que se queria fazer um atentado contra o direito comum, que considerou como um atentado contra a liberdade e contra a igualdade.

Governos fracos e tímidos fizeram leis não para garantir a liberdade de imprensa mas para a reprimir. (*Revolução de Setembro*, 29 de Dezembro de 1865)

A discussão da lei da imprensa ainda continua na Câmara Electiva (...).

A proposta de lei entrega o julgamento da imprensa à lei comum. Nada mais natural. Os crimes dela são como os outros crimes; para que lhe havemos de dar leis de excepção?

A imprensa não pede o privilégio, pede a igualdade. (*Revolução de Setembro*, 16 de Janeiro de 1866)

Num dos traços mais paradoxais do seu percurso de vida, uma vez chegado ao poder, António Rodrigues Sampaio usou os tribunais para querelar vários jornalistas por abuso de liberdade de imprensa. Porquê? Numa carta ao seu advogado Manuel Maria Beirão, publicada no jornal *Futuro* de 10 de Abril de 1860, a respeito do insucesso de uma acção que tinha interposto contra *O Português*, ele procura justificar, defensivamente, o recurso aos tribunais para dirimir uma questão que dizia essencialmente respeito à imprensa:

Quando me argüem de um facto falso e desonroso, não discuto na imprensa, porque aí devem discutir-se as opiniões e não as calúnias, peço a reparação nos tribunais, único lugar onde se julgam tais pendências.

(...)

Não me desconsola a decisão do júri. A acusação era que eu tinha vendido a consciência e o voto. Pedi que *O Português* retirasse aquelas expressões, e não o fez.

(...)

Estranhou o Sr. Bruschy que eu largasse as armas da imprensa para ir aos tribunais acusar um colega (...). Não há dúvida que a honra do Sr. Bruschy já foi maculada pela imprensa. Não há dúvida que S. S.^a não foi aos tribunais (...). Não há dúvida que se socorreu de dois padrinhos e que julgou que a questão da imprensa devia sair da mesma imprensa, não para os tribunais, mas para o campo onde a agilidade, a força, uma estocada ou um tiro deviam decidir quem tinha razão. (*Futuro*, 10 de Abril de 1860)

O que se nota no excerto da referida carta acima inserido é, efectivamente, uma certa contradição entre aquela que tinha sido a prática jornalística de Sampaio e o facto de considerar

ofensivo, e motivo de uma querela judicial por abuso de liberdade de imprensa, a acusação eminentemente política (uma *apreciação*, portanto) de que teria “vendido a consciência e o voto”, quando ele próprio de coisas muito mais graves tinha acusado os seus adversários, nem sempre com provas conclusivas, e às vezes baseado em puro rumores. Nessa fase da sua vida, para ele já não podiam, paradoxalmente, ficar na imprensa as questões de honra levantadas na própria imprensa. De qualquer modo, é de salientar a firme convicção de Sampaio na utilidade das instituições de Justiça do Estado de Direito – os tribunais – para resolver as questões relativas aos ilícitos de abuso de liberdade de imprensa, principalmente quando comparada com a alternativa de lavagem da honra em duelo.

Em suma, o pensamento de António Rodrigues Sampaio sobre o jornalismo é assaz contemporâneo, tocando questões fulcrais da reflexão sobre o exercício da actividade jornalística, como sejam: a liberdade de imprensa e os seus limites; a transparência e clareza na relação entre um jornal e os seus leitores, definida por um programa – ou estatuto – editorial; e as funções do jornalismo e a autonomia dos jornalistas e do campo jornalístico, mesmo quando se trata de jornalismo político doutrinário e, como ele diz, “sacerdotal”.

Considerações finais

Este trabalho teve por objectivo biografar a vida e documentar a obra de António Rodrigues Sampaio, um dos portugueses civicamente mais interventivos do século XIX e também, seguramente, um dos homens mais notáveis do seu tempo, um dos protagonistas da república com um Rei que foi erguida após o triunfo liberal de 1834 e um dos arquétipos do jornalismo do período Romântico. Foi seu objectivo reconstruir a biografia desse jornalista, centrando-a, precisamente, na sua acção jornalística. Seis questões de investigação foram colocadas: Quem foi ele? Como obteve sucesso? Como se envolveu no jornalismo? Qual o papel que teve nos jornais em que interveio e como actuava? Qual a influência que exerceu no seu tempo? Através dos seus escritos na imprensa, é possível intuir qual o seu pensamento sobre o jornalismo e sobre a época?

Às primeiras duas perguntas, pode responder-se que António Rodrigues Sampaio era um pequeno burguês, oriundo da pequena burguesia rural provinciana, tendo recebido a sua educação num seminário, como acontecia, de resto, com grande parte dos poucos favorecidos pela possibilidade de se instruírem. O seu sucesso deveu-se a um misto de oportunidade, capacidade, competência, coragem e, principalmente, ao facto de, enquanto pequeno burguês, se ter identificado, nos seus textos corrosivos e moralistas, com as aspirações de muitos dos seus contemporâneos, num

tempo em que, por oposição ao Antigo Regime, cada vez mais o reconhecimento resultava do mérito e do valor pessoal em detrimento da condição de nascimento. Mesmo quando ameaçado de censura e prisão, Sampaio teve a coragem de defender convicta e intransigentemente as suas convicções, em sintonia com a dos seus correligionários, o que lhe permitiu assumir papéis de liderança. Nem sequer hesitou em hominizar-se e redigir jornais clandestinos nos momentos de maior crise. Teve a capacidade de usar a palavra como uma arma virulenta ao serviço dos seus ideais, o que lhe franqueou as portas do jornalismo doutrinário, hegemónico à época. E finalmente aproveitou as oportunidades concedidas apenas nas maiores cidades do país, quando, ao migrar para o Porto e, depois, para a capital, lhe foi proposto tornar-se jornalista, ocupação que o alavancaria para a sua bem-sucedida, embora tardia, carreira política.

Pode ainda acrescentar-se que a vida de António Rodrigues Sampaio teve duas fases. A primeira, que dura até à Regeneração, é marcada, principalmente, pelo jornalismo, embora se tratasse de um jornalismo político; a segunda, após a Regeneração, é marcada, sobretudo, pela política, apesar de Sampaio ter continuado a fazer jornalismo (ainda que doutrinário). Na primeira, conforme também ajuizou Tengarrinha (1963), “combate pelas conquistas fundamentais da liberdade e do estado de direito; na segunda, garantidos os direitos fundamentais, rende-se à esperança no progresso do país.” Mais do que isso, Sampaio, homem da esquerda liberal, integrou-se perfeitamente no regime surgido com a Regeneração porque, ao fim e ao cabo, se tinha instituído em Portugal uma *república*, no sentido que lhe era dado originariamente – uma comunidade de cidadãos livres a viver sob leis. O facto de a chefia do Estado ser hereditária e de o País ter um Rei à cabeça não gerava rejeição a Sampaio, porque tinham sido asseguradas aos cidadãos as liberdades fundamentais políticas e cívicas – mais até do que as religiosas (que ele, católico convicto, não via com bons olhos, conforme o demonstrou o episódio da proibição das Conferências do Casino Lisbonense).

Foi Rodrigues Sampaio uma personalidade típica do jornalismo Romântico e burguês? De algum modo, sim. O seu exacerbamento discursivo, a sua linguagem simples, figurativa, sensorial e concreta, a sua permeabilidade à antinomia entre o bom e o mau, a evocação do sobrenatural (basta reparar no título do seu jornal clandestino na Patuleia – *O Espectro*), o seu individualismo, os seus constantes apelos à emoção e não à razão e à ponderação, fazem dele o fruto de uma época, o que não exclui a sua capacidade de moldar, pontualmente, a marcha dos tempos enquanto *sujeito* histórico. No entanto, Sampaio lança muitas vezes pontes com a contemporaneidade ocidental, o que se observa, por exemplo, quando ele apregoa os valores do Constitucionalismo e do Estado de Direito, sem deixar de se ancorar, por vezes, também a valores do Portugal Velho, o que se constata, por exemplo, no facto de não ter hesitado em lavar a honra em duelos e no facto de ter apoiado a suspensão das conferências do Casino Lisbonense por motivos religiosos.

À terceira pergunta, *como se envolveu António Rodrigues Sampaio no jornalismo?*, poderá responder-se que o fez com a naturalidade com que os políticos de então se envolviam na redacção de periódicos, principal forma que tinham para transmitirem a sua mensagem a um público alargado, em especial aos seus correligionários, apoiantes e seguidores, para arregimentar partidários e animar as suas hostes.

De facto, num tempo e num espaço onde os factos não eram segregados do comentário, em que a liberdade de opinião, exacerbada, incluía o insulto, a calúnia e a truculência, fazer política e fazer jornalismo, no sentido de “escrever política em jornais”, eram quase sinónimos. A ideia de “sacerdócio” jornalístico, antes de ter o sentido de “missão cívica de todas as horas”, significava *exercício de apostolado doutrinário e político*. Um jornalista “sacerdote” era, antes de mais, uma espécie de *panfletarista*, mais até do que *publicista*.

Dessa fusão entre o *fazer da política* e o *fazer do jornalismo*, a que se juntaria, depois, o *fazer da literatura* (emersão do fenómeno dos “escritores de jornal”), resultaria, aliás, a discussão que, em Portugal, se prolongou até ao século XX, sobre a natureza do “verdadeiro” jornalismo – se arte liberal assente na produção de informação sob a forma de notícias, entrevistas e reportagens, e portanto passível de ser ensinada e aprendida, ou se capacidade algo inata assente na capacidade de persuasão e numa elevada erudição (SOBREIRA, 2003; SOUSA, 2009a).

Ontem como hoje, portanto, os políticos orientam-se para a comunicação social, com a diferença de que, no século XIX, fazer jornalismo e fazer política confundiam-se. No século XIX português, pelo menos até à fase de industrialização da imprensa, após 1864/1865, não havia grande distinção entre ser-se político e ser-se jornalista, tal como não havia entre ser-se escritor e ser-se jornalista, até porque não existiam *repórteres* profissionais. Hoje, o *jornalista profissional* não é, por definição, um profissional da política e considera-se mesmo que os dois campos não se devem misturar, por muito que interajam, mas no Portugal dos primeiros três quartos do século XIX não existia um campo da política separado de um campo do jornalismo, já que quase todos os jornais eram, essencialmente, um prolongamento impresso e público da política. Foi, portanto, Sampaio um jornalista? No contexto da época – e os factos históricos devem ser lidos em função do contexto de cada época – sem dúvida que foi, no mínimo, um *profissional do jornalismo* ou mesmo um *jornalista*, no sentido que lhe é dado por Cruz Seoane e Saiz (2007, p. 23), com todas as aspas que se queiram colocar na palavra. Durante grande parte da sua vida, foi essa, aliás, a sua principal e remunerada profissão. Sampaio foi, de facto, um *profissional remunerado para escrever textos com informação interpretada e opinião para jornais*. Inclusivamente, mesmo quando se envolveu na política, continuou, por alguns anos, a dirigir o *Revolução de Setembro* e a receber remuneração

pela tarefa. Era um repórter? Não. Mas tal como o jornalismo não se esgota na reportagem nem na notícia, também a figura do jornalista não se esgota no repórter – e muito menos se esgotava no contexto oitocentista do exercício da actividade. Aliás, o conceito de *profissão* em jornalismo, mesmo à luz das leis actuais, passa muito pela dedicação ao ofício como ocupação profissional principal, permanente e remunerada.

É de dizer, porém, que enquanto jornalista de opiniões, causas e doutrinas, António Rodrigues Sampaio não deixava de dar informação que, mesmo quando interpretada e comentada, não surpreenderia, em termos de estrutura temática e critérios de noticiabilidade, se surgisse num jornal contemporâneo.

De facto, Rodrigues Sampaio, dentro dos temas cultural e pessoalmente percebidos como disponíveis e consonantes com o que seria de esperar tratar em periódicos doutrinários, prestou atenção aos mesmos assuntos que ontem, como hoje, preocupam os portugueses – a guerra; a situação política, social, económica e financeira do país; a governação; as acções dos governantes e outras figuras públicas; a conjuntura internacional; a forma como os estrangeiros olham para os portugueses; a vida cultural (burguesa). De alguma maneira, esse facto prova que alguns critérios de noticiabilidade são relativamente intemporais, já que radicarão nos traços estruturantes da cultura, que, por sua vez, possivelmente, ecoarão algumas das orientações inscritas na matriz genética que moldará muitas das cognições e atitudes humanas e muitos dos comportamentos exibidos pela espécie (sobretudo quando relacionados com a sobrevivência e afastamento do perigo). Por isso, a escolha dos temas por Sampaio resulta de padrões de selecção como:

- a) A *proximidade* (privilegiou os acontecimentos nacionais e frequentemente, nas raras vezes em que se referiu a assuntos internacionais, fazia uma *leitura nacional* ou até *nacionalista* dos mesmos – por exemplo, quando se mostrou feroz adversário da ideia da união ibérica);
- b) A *actualidade* e a *novidade* (privilegiou temas recentes e novos);
- c) A *negatividade* (privilegiou, entre outros, temas que lhe permitiam condenar moralmente os seus adversários pela conduta que estes exibiam ou temas que expunham as chagas sociais ou davam conta de sofrimento, miséria e morte);
- d) O *conflito* (a vida jornalística de Sampaio foi pautada pelo constante confronto de posições – que contribuiu para atrair leitores – e nunca hesitou em digladiar-se verbal – e até fisicamente – com os seus adversários);

e) A *referência a personalidades de elite* (os soberanos, os líderes políticos e militares foram alvos regulares da sua prosa);

f) A *referência a países cultural e afectivamente próximos*, nomeadamente ao Brasil e a Espanha, e a *países de elite*, nomeadamente a Inglaterra e a França (muitas vezes tendo em consideração a forma como estes olhavam para Portugal e as possibilidades que detinham de interferirem nos assuntos internos portugueses).

À quarta pergunta, pode responder-se que a influência que Sampaio exerceu no seu tempo foi suficientemente grande no campo político para ter chegado a primeiro-ministro, embora não tivesse sido inovadora no campo jornalístico, já que se limitou a seguir, embora com coragem e desassombro invulgares, o tipo de jornalismo doutrinário e romântico que se fazia na época, ao qual subordinou a sua oratória jornalística. Apesar de viver do jornalismo, não sendo, portanto, puramente um jornalista “por ocupação”, foi essencialmente um “político de jornal”. Aliás, a sua influência política pode, ainda, ser indirectamente aferida pelas homenagens de que foi alvo, em especial no final da sua vida.

A quinta pergunta colocada sobre a vida e obra de António Rodrigues Sampaio referia-se ao *papel que ele teve nos jornais em que interveio*. Neste caso, os factos da vida do biografado falam por si. Nos jornais *Revolução de Setembro* e *Vedeta da Liberdade*, foi escolhido para redactor principal, certamente pelos dotes que evidenciou e pela confiança que conquistou. Já a fundação clandestina do *Eco de Santarém* e do *Espectro* revelam a sua coragem e a sua capacidade de iniciativa. Em suma, as suas qualidades pessoais e de escrita panfletária, reconhecidas pelos seus pares, tê-lo-ão catapultado para posições de saliência e liderança no jornalismo, reveladas, por exemplo, na escolha que sobre si recaiu para primeiro presidente honorário da Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses. Foi o seu desassombroso e arrojado posicionamento jornalístico e a sua lealdade ao Partido Regenerador que, por sua vez, lhe franquearam as portas da política. O exercício do parlamentarismo e da governação, e talvez também a experiência de vida que só vem com a idade, tornaram-no moderado e pragmático, talvez mesmo algo conservador, o que teve reflexos na sua acção jornalística, principalmente a partir de 1851, quando já tinha 45 anos.

Através dos escritos de António Rodrigues Sampaio, é possível intuir qual o seu pensamento sobre o jornalismo? Esta foi a sexta questão de pesquisa colocada. A ela é possível responder que, sobretudo, ele acreditava numa imprensa combativa, doutrinária, politicamente evangelizadora (e, neste sentido, “sacerdotal”), que apregoasse “a verdade” (*uma* verdade), escrutinasse o poder, sustentasse a democracia, combatesse o despotismo e expusesse os atentados ao bem comum – a corrupção, a extorsão, a ladroagem, os abusos, o compadrio (acto em que paradoxalmente terá ele próprio incorrido, talvez sem consciência de causa, de tal forma era comum). Talvez não tenha deixado amplos e consistentes escritos sobre o seu pensamento jornalístico, mas a sua acção jornalística permite entender qual seria o seu entendimento sobre o papel do jornalista e dos jornais. Paradoxalmente, como parlamentar e governante, nem sempre agiu de acordo com esses nobres princípios.

Deve dizer-se, igualmente, que os jornais de Sampaio serviram, também, para reforçar ideológica e identitariamente os partidos a que se uniu. No período da Patuleia – tempos do *Eco* e do *Espectro* – essa missão que tomou como sua foi ainda mais evidente, já que havia, inclusivamente, de justificar a contranatura convergência entre hiperconservadores absolutistas e liberais de esquerda nas forças patuleias, o que só foi possível através da criação de uma matriz de ideias e valores que pudessem ser vistos como comuns, em nome do bem maior da Nação. Assim, o *Eco* e o *O Espectro* foram feitos para darem a conhecer a causa dos rebeldes patuleias e para actuarem, em Lisboa, como meios officiosos da Junta rebelde, mas também contribuíram para a consistência identitária da ideologia dos rebeldes, alicerçada nos valores do nacionalismo, da liberdade (face a tiranos ou estrangeiros...), do desenvolvimento do País (e também da intensificação do colonialismo...), e do império da Lei (igual para todos). No entanto, ao posicionamento de Sampaio nunca são alheios valores fundamentais do campo político setembrista, da esquerda liberal. Ele pugna, nos seus jornais, por uma ampla participação democrática dos cidadãos² na vida política e demonstra ser favorável a uma Monarquia em que o Rei não desça ao terreno da luta partidária (ao contrário do que fez D. Maria II). Os seus escritos até à Regeneração, em especial os textos de 1847-1849, são também permeáveis aos valores republicanos que impulsionaram a Primavera dos Povos.

Finalmente, acompanhando os textos de Sampaio, intui-se que muitos dos problemas do Portugal oitocentista continuam a ser problemas no Portugal do século XXI: a situação periférica do país; o atraso industrial e infra-estrutural; a instabilidade e as insuficiências na educação; os

² Dos cidadãos *ilustrados*, pois o *povo*, na prosa de Sampaio, é essencialmente o *povo instruído* e *proprietário*.

problemas financeiros (défice orçamental, endividamento); as assimetrias na distribuição dos rendimentos; as disfuncionalidades da Justiça; a corrupção e o compadrio; a incapacidade do funcionalismo público; etc. António Rodrigues Sampaio teve a clarividência necessária para diagnosticar com precisão as debilidades e defeitos da Pátria e os problemas da Nação e do seu Estado – muitos dos quais ainda hoje se mantêm. Mesmo tendo-os exposto de maneira mais emotiva e superficial do que profunda e racional, permanecerão para o futuro o seu diagnóstico certo e muitas das suas recomendações políticas e económicas.

Bibliografia

- ALMEIDA, Delfim de. **A reforma das pautas: Cartas aos redactores da *Revolução de Setembro***. Lisboa: Tipografia Universal, 1875.
- ALMEIDA, Padre Rodrigo António. **Novo sem exemplo ou o meu ajuste de contas com o correspondente da *Revolução de Setembro* J. P. de T. N.** Lisboa: Imprensa de Francisco Xavier de Sousa, 1854.
- AUTOR ANÓNIMO [presumivelmente SINVAL, José Maria Alves]. **Defesa do redactor do *Astro da Lusitânia* perante o júri em 11 de Abril de 1823**. Lisboa: Imprensa Liberal, 1823.
- AUTOR ANÓNIMO. **Processo d'arresto na tipografia onde se imprime o *Atleta* ou alguns monstruosos atentados do ministério público contra a liberdade de imprensa no Porto em 1840**. Porto: Tipografia de Faria & Silva, 1840.
- AUTOR ANÓNIMO. **Réplica a uma correspondência de Paris na *Revolução de Setembro* em resposta ao folheto *Um Novo Título de Soberania***. Lisboa: [s.n.], 1861.
- BALZAC, Honoré. **Monografía de la prensa parisina. Los periodistas**. Sevilla/Zamora: Comunicación Social Ediciones y Publicaciones, 2009 [edição original de 1843].
- BAPTISTA, Jacinto. **Alexandre Herculano jornalista**. Lisboa: Bertrand, 1977.
- BARBOSA, Marialva. **Jornalismo no Brasil: Dois séculos de história**. In: Jorge Pedro Sousa (Org.), **Jornalismo: História, Teoria e Metodologia da Pesquisa**. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2008, p. 129-154.
- BARRETO FEIO, Vitorino. **Duas palavras à *Revolução de Setembro* e primeiro alerta aos portugueses**. Lisboa: Tipografia Lucas Evangelista, 1849.
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima. 1834-42: A Inglaterra perante a evolução política portuguesa (hipóteses para a revisão de versões correntes). **Análise Social**, vol. XX, n.º 83, 1984 (4º), p. 467-488.
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima. **Apologia da história política**. Lisboa: Quetzal, 1999.
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima. **História da guerra civil da Patuleia 1846-47**. Lisboa: Editorial Estampa, 1993b.
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima. O abençoado retorno da velha história. **Análise Social**, vol. XXVIII, n.º 122, 1993a (3º), p. 623-630.
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima. Segunda ascensão e queda de Costa Cabral (1847-1851). **Análise Social**, vol. XXXII, n.º 3, 1997, p. 537-556.
- BRITO ARANHA, [Pedro Venceslau]. **Factos e homens do meu tempo**. Memórias de um jornalista. Tomo I. Lisboa: Parceria António Maria Pereira Livraria Editora, 1907.
- CABRERA, Ana. **O *Espectro* de António Rodrigues Sampaio e a Patuleia**. Texto inédito de conferência proferida na Hemeroteca Municipal de Lisboa, 2006.
- CARMO REIS, A. O Porto nas páginas d' *O Espectro*: uma leitura da Patuleia. **Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto: História**, n.º 14, 1997, p. 465-496.
- CARRASCO, Carlos; CUNHA, Cecília e PINTASSILGO, Joaquim. O mais célebre jornal clandestino português. **História**, n.º 56, 1983, p. 58-69.
- CASAL RIBEIRO, José Maria. **A imprensa e o Conde de Tomar**. Lisboa: Tipografia da Rua da Bica de Duarte Belo, 1850.
- CAVROÉ, Pedro Alexandre. **Resposta ao papel intitulado “Exorcismos Contra Periódicos e Outros Malefícios” com o responso de Santo António contra a descoberta da malignidade dos aleijões solapados**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1821.
- CHORÃO, Luís Bigotte. **O periodismo jurídico português do século XIX**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2002.
- COELHO, Eduardo (1882). António Rodrigues Sampaio. **Ocidente**, vol. V, p. 252.
- CONDE DE RIO MAIOR. **Inquérito às secretarias de Estado: artigos publicados na *Revolução de Setembro***: Ofícios e declarações do sr. conde de Rio Maior. Lisboa: Lallemand Frères, 1880.
- CRUZ SEOANE, María e SAIZ, María Dolores. **Cuatro siglos de periodismo en España. De los avisos a los periódicos digitales**. Madrid: Alianza Editorial, 2007.
- CUNHA, Alfredo. **Eduardo Coelho**. A Sua Vida e a Sua Obra. Alguns Factos para a História do Jornalismo Português Contemporâneo. Lisboa, Diário de Notícias/Tipografia Universal, 1891.
- CUNHA, Alfredo. **Elementos para a história da imprensa periódica portuguesa**. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1941.
- CUNHA, Alfredo. **Jornalismo Nacional**. Das malogradas associações de imprensa à alvitrada Ordem dos Jornalistas Portugueses. Lisboa, s/e, 1941b.

FIALHO DE ALMEIDA. **Os jornalistas e outras pasquinadas**. Lisboa: Palimpsesto, 2009 [edição original de 1889].

FIGUEIRA, Francisco da Silva. **Discurso que nas solenes exéquias que o Partido Regenerador mandou celebrar na igreja paroquial de Santa Justa e Rufina em 13 de Outubro de 1882 pela alma do insigne patriota António Rodrigues Sampaio**. Lisboa: Tipografia Universal, 1882.

FIGUEIREDO, Cândido. **Figuras literárias nacionais e estrangeiras**. Lisboa: Livraria Editora Viúva Tavares Cardoso, 1906.

FONSECA, Guimarães. **Carta de um solitário ao primeiro jornalista português António Rodrigues Sampaio**. Lisboa: Tipografia Progressista, 1874.

FORJAZ DE SAMPAIO, Albino (dir.). **História da literatura portuguesa ilustrada**. 4 volumes. Paris: Aillaud/Lisboa: Bertrand/Porto: Livraria Fernando Machado, 1929-1942.

GOMES LEAL, [António Duarte]. **O Renegado**. A António Rodrigues Sampaio. Carta ao velho panfletário sobre a perseguição da imprensa. Lisboa: Tipografia do Largo dos Inglesinhos, 1881.

GRAVE, João. António Rodrigues Sampaio. **A Nossa Pátria**, 2º ano, n.º 40, 15 de Agosto de 1906, p. 13.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HERCULANO, Alexandre. **Opúsculos 8**. Lisboa: José Bastos & C.ª Editores, 1907.

KRIPPENDORFF, K.. **Metodología de Análisis de Contenido**. Teoría y Práctica. Barcelona: Paidós, 1990.

LEITÃO DA SILVA, João Luís Meireles Santos. **O diário A Revolução de Setembro (1840-1857): Música, poder e construção social da realidade em Portugal nos meados do século XIX**. Dissertação para a obtenção de grau de mestre em Ciências Musicais. Texto inédito. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2006.

LUCIANO DE CASTRO, José Luciano. **Colecção da Legislação Reguladora da Liberdade de Imprensa Seguida de Vários Acórdãos dos Tribunais Superiores e Precedida de Uma Introdução**. Porto: Tipografia F. Gomes da Fonseca, 1859.

LUZ SORIANO, Simão José. **A quadrilha dos senhores António Rodrigues Sampaio, Francisco Tavares de Almeida, António Pedro de Carvalho e António dos Santos Monteiro ou duas cartas ao redactor da Imprensa e Lei com uma introdução da defesa do deputado por Angola Simão José da Luz**. Lisboa: Tipografia da Rua dos Doradores n.º31, 1854.

MACEDO, José Agostinho de. **Cordão da peste ou medidas contra o contágio periodiquero**. Lisboa: Oficina da Viúva de Lino da Silva Godinho, 1821b.

MACEDO, José Agostinho de. **Exorcismos contra periódicos e outros malefícios**. Lisboa: Oficina da Viúva de Lino da Silva Godinho, 1821a.

MACEDO, José Agostinho de. **Reforço ao cordão da peste**. Lisboa: Oficina da Viúva de Lino da Silva Godinho, 1821c.

MARTINS DE CARVALHO, Joaquim. António Rodrigues Sampaio. **O Conimbricense**, n.º 35, 23 de Setembro de 1882, p. 2.

MARTINS, Rocha. Rodrigues Sampaio e os seus jornais. **Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas**, n.º 4, 1941, p. 91-96.

MOTA DE SOUSA, José Manuel e MARIANO, Lúcia Maria. **História da imprensa portuguesa**. Subsídios para uma bibliografia. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1987.

NEIVA SOARES, Franquelim. **António Rodrigues de Sampaio**. 1806-1882. Antologia. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1982.

NEIVA SOARES, Franquelim. **António Rodrigues Sampaio**. Estudos dispersos no centenário da morte. Braga: edição do autor, 2006.

NEIVA SOARES, Franquelim. O homem e o seu tempo. *In*: AUTORES VÁRIOS. **António Rodrigues Sampaio**. Bicentenário do nascimento. Actas do seminário. 21 de Julho de 2006. Esposende. Esposende: Câmara Municipal de Esposende, 2007, p. 20-55.

OLIVEIRA MARTINS. **Portugal contemporâneo, 2**. Lisboa: Guimarães e Companhia Editores, 1979.

ORTIGÃO, Ramalho e QUEIRÓS, Eça de (até 1872). **As Farpas**: o país e a sociedade portuguesa, com um estudo de Augusto de Castro. Edição integral. Lisboa: Clássica Editora, 1963.

PINA, Ana Maria Ferreira. **A quimera do ouro**. Os intelectuais portugueses e o liberalismo. Oeiras: Celta, 2003.

PINTO, Júlio Lourenço; RODRIGUES, Manuel M.; PEREIRA, Firmino; AVELAR, Borges; RAMOS, João de Oliveira; MARQUES GOMES *et al.* **António Rodrigues Sampaio**: Homenagem prestada à sua memória pela Imprensa do Porto. Porto: Real Tipografia Lusitana, 1882.

PINTO, Manuel. O papel “civilizador” da imprensa. *In: AUTORES VÁRIOS. António Rodrigues Sampaio. Bicentenário do nascimento. Actas do seminário. 21 de Julho de 2006. Esposende. Esposende: Câmara Municipal de Esposende, 2007, p. 56-65.*

PRAÇA, Afonso. Um jornal clandestino do século XIX: *O Espectro* do Sampaio da Revolução. **História**, Fevereiro de 1979, p. 42-46.

RAMOS DE ALMEIDA, João. Portugal já declarou bancarrota parcial em 1891 e saiu-se bem. **Público**, Ano XXI, n.º 7493, 10 de Outubro de 2010, p. 18-19.

RAMOS, Rui (Coord.), VASCONCELOS E SOUSA, Bernardo e MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **História de Portugal**. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009.

RAMOS, Rui (2010). A I República como objecto histórico. **Actual**, suplemento do **Expresso**, n.º 1979, 2 de Outubro de 2010, p. 36-38.

REIS, António do Carmo. **A imprensa do Porto Romântico (1936-1850)**. Cartismo e setembrismo. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

REIS, Fernando Egídio. **Felicidade, utilidade e instrução**. A divulgação científica no *Jornal Enciclopédico Dedicado à Rainha 1779; 1788-1793; 1806*. Porto: porto Editora, 2005.

RIBEIRO, José Luís. **Carta do conselheiro Luís José Ribeiro em resposta ao que acerca da Junta do Crédito Público escreveu o jornal denominado Revolução de Setembro**. Lisboa: Tipografia da Revista Universal, 1851.

RIBEIRO, José Silvestre. **História dos Estabelecimentos Científicos, Literários e Artísticos de Portugal**. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1871-1886.

RIBEIRO, Manuel Ferreira. **Homenagem a António Rodrigues Sampaio, sócio fundador e presidente honorário da Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses**. Lisboa: Tipografia Lallemand Frères, 1884.

ROSA FERREIRA, João Pedro. **O jornalismo na emigração**. Ideologia e política no *Correio Braziliense* (1808-1822). Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1992.

SÁ, Victor de. **O Sampaio da “Revolução” nas fracturas do século**. Porto: Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto, 1984.

SAMPAIO, Albino Forjaz (Dir.). **História da literatura portuguesa ilustrada dos séculos XIX e XX**. Porto: Livraria Fernando Machado, 1942.

SAMPAIO BRUNO. **Os modernos publicistas portugueses**. Porto: Livraria Chardron de Lello e Irmão Editores, 1906.

SANTOS ALVES, José Augusto. **Ideologia e política na imprensa do exílio. O Português** (1814-1826). 2ª edição. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005.

SANTOS ALVES, José Augusto (Organização, introdução e notas). **Nas origens do periodismo moderno – Cartas a Orestes**. Coimbra: MinervaCoimbra, 2009.

SANTOS, Maria de Lourdes Costa Lima. **Intelectuais portugueses na primeira metade de Oitocentos**. Lisboa: Editorial Presença, 1985.

SARAIVA, António José e LOPES, Óscar. **História da literatura portuguesa**. 11ª edição. Porto: Porto Editora, 1979.

SARDICA, José Miguel. A vida partidária portuguesa nos primeiros anos da Regeneração. **Análise Social**, vol. XXXII, n.ºs 143-144, 1997 (4º/5º), p. 747-777.

SCHLESINGER, P. Newsmen and their time machine. **British Journal of Sociology**, vol. 28, n.º 3, p. 336-350, 1977. Texto republicado em português com o título Os jornalistas e a sua máquina do tempo. *In: TRAQUINA, Nelson (Org.). Jornalismo: Questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Vega, 1993, p. 177-190.

SILVA FERRÃO, Francisco António Fernandes. **O uso e abuso da imprensa ou considerações sobre a proposta de lei regulamentar do § 3 do art.º 145º da Carta Constitucional**. Lisboa: Tipografia do Panorama, 1850.

SILVA, Inocêncio Francisco. **Dicionário bibliográfico português**. Estudos aplicáveis a Portugal e ao Brasil. Lisboa: Imprensa Régia, 1858.

SOBREIRA, Rosa Maria. **Os jornalistas portugueses 1933-1974: Uma profissão em construção**. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4ª edição com capítulo inédito. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUSA, Jorge Pedro *et al.* A acção jornalística dos gazeteiros portugueses na primeira metade do século XVII. **Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa**, 2009b, p. 18-29.

SOUSA, Jorge Pedro. A discussão sobre a introdução do ensino superior do jornalismo em Portugal: Das primeiras menções ao primeiro curso de graduação. **Verso e Reverso**, ano XXIII, 2009/3, n.º 54, 2009.

SOUSA, Jorge Pedro. A teorização do jornalismo em Portugal até 1974. *In*: Jorge Pedro Sousa (Org.), **Jornalismo: História, Teoria e Metodologia da Pesquisa**. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2008c, p. 315-367.

SOUSA, Jorge Pedro. *Diário de Notícias*: A revolução de Eduardo Coelho no jornalismo português oitocentista. **Revista PJ-Br – Jornalismo Brasileiro**, ano VI, n.º 12, Novembro de 2009 [on-line], 2009a.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e dos média**. 2ª edição revista e ampliada. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2006.

SOUSA, Jorge Pedro. **Introdução à análise do discurso jornalístico impresso**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

SOUSA, Jorge Pedro. Pesquisa e reflexão sobre jornalismo: até 1950... e depois. *In*: Jorge Pedro Sousa (Org.), **Jornalismo: História, Teoria e Metodologia da Pesquisa**. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2008a, p. 154-226.

SOUSA, Jorge Pedro. Uma história breve do jornalismo no Ocidente. *In*: Jorge Pedro Sousa (Org.), **Jornalismo: História, Teoria e Metodologia da Pesquisa**. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2008d, p. 12-93.

SOUSA, Jorge Pedro. Uma história do jornalismo em Portugal até ao 25 de Abril de 1974. *In*: Jorge Pedro Sousa (Org.), **Jornalismo: História, Teoria e Metodologia da Pesquisa**. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2008b, p. 93-118.

TEIXEIRA DE VASCONCELOS, A. A. **Les contemporains portugais, espagnols et brésiliens**. Galerie portugais. António Rodrigues Sampaio: Journaliste. Paris: Chez Tous les Libres de France et de l'Étranger, 1858.

TEIXEIRA DE VASCONCELOS, A. A. **O Sampaio da Revolução de Setembro**. Paris: s/e, 1859.

TENGARRINHA, José. António Rodrigues Sampaio, desconhecido: A vida apaixonante do maior jornalista português. **Gazeta Literária**, ano X, n.º 5, Janeiro/Fevereiro de 1963, p. 9 e p. 18.

TENGARRINHA, José. **História da imprensa periódica portuguesa**. 2ª edição revista e ampliada. Lisboa: Caminho, 1989.

TENGARRINHA, José. **Imprensa e opinião pública em Portugal**. Coimbra: MinervaCoimbra, 2006.

TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo**. Lisboa: Quimera, 2002.

TRAQUINA, Nelson. **A tribo jornalística**. Lisboa: Notícias Editorial, 2004.

VELOSO, Rodrigo. **Jornalistas portugueses**: António Rodrigues Sampaio. Famalicão: Tipografia Minerva, 1910.

VIEIRA DE CASTRO, J. C. **Cartas ao senhor conselheiro António Rodrigues Sampaio e ao senhor Filipe de Carvalho**. Porto: Tipografia Lusitana, 1868.

VILHENA, J.E. d'Almeida. António Rodrigues Sampaio. *In*: **Catálogo almanach da imprensa aveirense**, Aveiro, s/e, 1883, p. 107-109.

WIMMER, R. D. e DOMINICK, J. R (1996). **La Investigación Científica de los Medios de Comunicación: Una Introducción a Sus Métodos**. Barcelona: Bosch, 1996.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Presença, 1987.

Panfletos e periódicos

A Revolução de Setembro, 20 de Setembro de 1851- 14 de Setembro de 1882.

A Vedeta da Liberdade, 1835-1836.

Diário da Câmara dos Deputados, 1851-1881.

O Eco de Santarém, 1846.

O Espectro, 1846-1847.

SAMPAIO, António Rodrigues [et al.]. **O Estado da Questão**. Panfleto. 23 de Outubro de 1846.

Apêndice 1

Cronologia portuguesa

1806-1882

1806

Mai: Inglaterra decreta o bloqueio marítimo contra a França.

Julho: Nasce António Rodrigues Sampaio em São Bartolomeu do Mar, Esposende, no dia 25.

Novembro: França decreta bloqueio dos portos continentais contra a Inglaterra.

1807

Outubro: Apesar de intimado por Napoleão, o regente, o futuro D. João VI, recusa-se a aderir ao bloqueio continental. França e Espanha assinam o Tratado de Fontainebleau, que prevê a invasão de Portugal.

Portugal celebra um acordo secreto com a Inglaterra de assistência em caso de invasão napoleónica.

Forças britânicas ocupam a Madeira.

Novembro: Forças francesas, comandadas por Junot, invadem Portugal, atingindo rapidamente Abrantes. O regente aconselha os portugueses a não resistirem. Com apoio britânico, a Família Real e a Corte embarcam para o Brasil. No dia 30, Junot entra em Lisboa, a tempo de ver levantar pano os últimos navios da armada anglo-portuguesa, que partia para o Brasil. O país empobrece extraordinariamente, sujeito a um saque inaudito e a uma forte repressão pelas forças francesas, mas as ideias revolucionárias e liberais penetram decisivamente na Península Ibérica. Vários portugueses e espanhóis (os *afrancesados*) apoiam os franceses e fazem planos para tornarem Junot Rei de Portugal. Emigração de intelectuais liberais para Inglaterra.

1808

Janeiro: D. João decreta a abertura dos portos do Brasil às nações amigas, nomeadamente a Inglaterra.

Março: A Família Real chega ao Rio de Janeiro, que se torna capital de Portugal.

Mai: Portugal declara guerra à França. Revoltas populares em Espanha contra os franceses.

Junho: Revoltas populares em Portugal contra os invasores franceses.

Agosto: Força expedicionária britânica, de 8800 homens, comandada por Wellesley, futuro duque de Wellington, desembarca em Portugal, perto do Portugal.

O exército francês é derrotado pelas forças luso-britânicas nas batalhas da Roliça e do Vimeiro.

Setembro: Franceses abandonam Portugal.

Criação do Banco do Brasil.

Exilados portugueses em Inglaterra mandam jornais para Portugal, inaugurando um surto de expansão das ideias liberais. São exemplos desses jornais *O Correio Braziliense ou Armazém Literário*, de Hipólito José da Costa, *O Campeão Português ou O Amigo do Rei e do Povo* ou ainda *O Investigador Português em Inglaterra*.

Publicação da *Gazeta do Rio de Janeiro*.

1809

Março: Segunda invasão francesa, a partir de Chaves. Comandado por Soult, o exército francês marcha para Braga. O general Freire de Andrade, que queria abandonar esta cidade para se refugiar no Porto e preparar a sua defesa, é assassinado por bracarenses em fúria. Os franceses ocupam Braga e o Porto. Na sua ânsia de fugirem aos invasores, muitos portuenses afogam-se no rio Douro quando tentavam chegar à margem Sul e a Ponte das Barcas cede.

Mai: Retirada francesa. O primeiro diário português inicia a sua publicação (*Diário Lisbonense*). Seguem-se-lhe outros, como a *Gazeta de Lisboa* e *O Correio da Tarde*.

1810

Fevereiro: Portugal e Inglaterra celebram um tratado de aliança e comércio.

Agosto: Terceira invasão francesa. Massena penetra pelas Beiras.

Setembro: Os franceses, embora derrotados pelas forças luso-britânicas na batalha do Buçaco, rumam a Lisboa, mas esbarram com a linha de fortificações de Torres Vedras, que se revela intransponível. Portugueses praticam política de terra queimada. A fome grassa no país, mas os invasores também têm dificuldades em sustentarem o seu exército. Massena refugia-se em Santarém. Dias 10 e 11 de Setembro, vários afrancesados e liberais são presos, em Lisboa, e obrigados a exilarem-se na Terceira e, depois, em Inglaterra (Setembrizada).

1811

Mai: Franceses abandonam definitivamente Portugal.

1812

Primeiro pedido de regresso da Família Real a Portugal.

1814

Mai: Tratado de Paris – vencido Napoleão, os aliados, incluindo Portugal, assinam a paz com a França. Alguns dos afrancesados e liberais exilados na Setembrizada são autorizados a regressarem a Portugal.

1815

Dezembro: O Brasil é elevado à condição de Reino. O Rio de Janeiro é capital do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

O marechal inglês Beresford é confirmado como líder da Junta Governativa de Portugal.

1816

Março: D. Maria I morre. D. João VI é aclamado Rei.

1817

Revolta republicana em Pernambuco.

Tropas portuguesas ocupam Montevideu.

Outubro: Revolta popular em Lisboa contra a governação estrangeira do país. Acusado de conspirar contra Beresford, o general Gomes Freire de Andrade é preso e enforcado, o que causa comoção e revolta no país, que via um estrangeiro à frente dos destinos do Reino sob o beneplácito do Rei.

Introdução da máquina a vapor em Portugal.

1818

Janeiro: Manuel Fernandes Tomás, José ferreira Borges e José da Silva Carvalho, entre outros, fundam, no Porto, o grupo do Sinédrio. Aumenta o descontentamento pela permanência do Rei no Brasil.

1820

Agosto: Revolução liberal, iniciada pelo Sinédrio, começa no Porto. Constitui-se a Junta Provisional do Governo Supremo do Reino.

Setembro: Revolução liberal alastra a Lisboa e forma-se uma Junta governativa única. No Brasil, ocorrem motins de apoio à revolução liberal.

Novembro: Revolta da Martinhada contra a governação da Junta concilia numa aliança contranatura liberais exaltados que queriam a adopção da Constituição de Cádiz (espanhola) e políticos antiliberais. A revolta é sufocada numa semana.

Dezembro: Primeiras eleições em Portugal.

1821

Janeiro: Cortes gerais e extraordinárias da Nação, convocadas pela primeira vez desde 1689.

Extinção do Tribunal do Santo Ofício e da censura prévia.

Criado o primeiro banco português, o Banco de Lisboa.

No Rio de Janeiro ocorrem motins a favor da adoção de uma nova Constituição.

Março: D. João VI abandona o Rio de Janeiro e dirige-se a Portugal, correspondendo ao pedido das Cortes. D. Pedro é nomeado regente do Brasil.

A liberdade de imprensa permite o surto de criação de jornais panfletários, uns de pendor liberal, como *O Astro da Lusitânia*, e outros de pendor absolutista, como a *Gazeta Universal*, o *Braz Corcunda* e o *Trombeta Lusitana*. O trauliteiro padre José Agostinho de Macedo, campeão do absolutismo, inaugura a reflexão crítica sistemática ao jornalismo português, com a publicação de folhas volantes como *Exorcismo Contra Periódicos e Outros Malefícios*, *Cordão da Peste* e *Reforço ao Cordão da Peste*.

No Brasil, surgem jornais de inspiração independentista, como o *Revérbero Constitucional Fluminense*.

António Rodrigues Sampaio toma ordens menores.

1822

Setembro: O Brasil, pela mão de D. Pedro, torna-se independente.

É concluída e assinada pelos deputados a primeira Constituição Política da Monarquia Portuguesa.

Outubro: D. João VI jura a Constituição. A Rainha recusa-se e é afastada da Corte.

1823

Fevereiro: O conde de Amarante inicia, em Trás-os-Montes, um movimento antiliberal.

Tratado de paz entre Portugal e o Brasil.

Maior: Golpe da Vilafrancada: o infante D. Miguel lidera um exército anticonstitucionalista e antiliberal. D. João VI, pressionado, acaba por aderir ao movimento e, em Junho, ordena a dissolução das Cortes.

1824

Abril: Golpe da Abrilada, liderado pelo infante D. Miguel contra o seu pai, D. João VI. Perseguições e aprisionamento de liberais.

Maior: Insucesso da Abrilada. D. Miguel exila-se em Viena de Áustria.

Revogação da Lei dos Forais. A extinção dos forais durará até 1846.

1825

Reconhecimento da independência do Brasil.

Fundação das Escolas Régias de Cirurgia de Lisboa e Porto.

António Rodrigues Sampaio conclui, em Braga, o curso de Humanidades.

1826

Março: D. João VI adoece gravemente e nomeia regente a infanta D. Isabel Maria. Morte de S. M. o Rei D. João VI. O Conselho da Regência reconhece D. Pedro I do Brasil como Rei. D. Pedro I do Brasil aclamado Rei de Portugal, como D. Pedro IV. D. Pedro IV confirma a regência de D. Isabel Maria.

Abril: D. Pedro IV outorga a Carta Constitucional ao Reino, mais conservadora do que a Constituição de 1822, e abdica do Trono em favor da filha, D. Maria II, conservando a regência.

Julho: Juramento da Carta Constitucional.

Convocação de Cortes.

Outubro: D. Miguel jura a Carta Constitucional e casa, por procuração, com a sobrinha, D. Maria II.

Surge *O Periódico dos Pobres*, primeiro jornal popular de baixo preço português.

1827

D. Pedro entrega a regência do Reino ao seu irmão, D. Miguel.

1828

Fevereiro: D. Miguel regressa a Portugal, rejeita o casamento com D. Maria II e faz-se aclamar Rei absoluto. Constituição de um governo antiliberal. O cerceamento da liberdade de imprensa permite, em exclusivo, a publicação de jornais absolutistas, como *A Besta Esfolada*, *O Desengano*, *O Cacete*, *A Defesa de Portugal*, *A Contra Mina* e *O Mastigoforo*.

Junho: Belfastada: Forças liberais, capitaneadas por Saldanha e Palmela, desembarcam no Porto, mas são derrotadas. Início do Terror miguelista, marcado por várias execuções. Novo exílio dos liberais que conseguem escapar aos miguelistas, em Espanha, França e Inglaterra. Vários jornais liberais são publicados no exterior, como *O Português Emigrado*. Publicações de cariz liberal continuaram a surgir nas ilhas atlânticas (*Crónica Terceira*, nos Açores; *O Defensor da Liberdade*, na Madeira), controladas pelos liberais. Essas publicações circulam clandestinamente no Portugal amordaçado e digladiam-se verbalmente com os jornais pró-absolutistas.

Setembro: D. Maria II parte para Inglaterra.

Novembro: Prisão de António Rodrigues Sampaio, no dia 1.

1830

Formado na ilha Terceira, nos Açores, um Governo provisório liberal, chefiado por Palmela.

1831

Abril: D. Pedro I abdica do Trono do Brasil a favor de seu filho, D. Pedro II do Brasil, e embarca para desencadear a guerra contra seu irmão, D. Miguel, e repor a sua filha no Trono.

Sufocadas pequenas revoltas liberais em Portugal. Alexandre Herculano é um dos liberais que abandona o país.

1832

Fevereiro: D. Pedro, nos Açores, assume a regência do Reino, em nome da sua filha, D. Maria II.

Março: Governo liberal formado nos Açores integra Mouzinho da Silveira, Palmela e Agostinho José Freire, entre outros.

Julho: O exército liberal desembarca um pouco a Norte do Porto e entra, sem resistência, na cidade, que é cercada pelas forças miguelistas. Começa a guerra civil.

O Governo liberal decreta a abolição dos pequenos morgadios, dos forais e dos impostos do dízimo e das sisas e reorganiza as Finanças, a Justiça e a divisão administrativa do Reino.

António Rodrigues Sampaio alista-se no Regimento de Voluntários da Rainha e combate os miguelistas durante o cerco do Porto. Permanecerá nas fileiras liberais até ao final da guerra civil.

Agosto: Liberais derrotados em Souto Redondo, perto de Arouca.

1833

Cercados no Porto, os liberais engendram um plano arrojado: desguarnecem a cidade e enviam uma armada, comandada pelo conde de Vila Flor, futuro duque da Terceira, para o Algarve, começando a atacar o exército miguelista pelo sul. Em Julho, derrotam a esquadra miguelista perto do cabo de São Vicente.

Julho: O exército liberal atravessa o Alentejo, vence as poucas tropas miguelistas que o enfrentam na Cova da Piedade e ocupa Lisboa. Saldanha vence os miguelistas em Leiria e Torres Novas. D. Pedro desembarca em Lisboa.

Agosto: Levantado o cerco do Porto.

D. Pedro adota o *Código Comercial* de Ferreira Borges, redigido por este durante os anos de exílio.

1834

Fevereiro: Saldanha vence os miguelistas em Almoester.

Abril: Celebração do tratado anti-absolutista da Quádrupla Aliança entre Portugal, representado por D. Pedro, Espanha, França e Inglaterra.

Maior: Miguelistas derrotados na Asseiceira, perto de Tomar, pelo duque da Terceira. D. Miguel rende-se e parte para o seu exílio definitivo em Viena de Áustria (convenção de Évora-Monte), mas bandos miguelistas organizam-se um pouco por todo o país, em especial no Norte. Portugal entra no período da Monarquia Constitucional, que vigorará até à implantação da República, em 1910.

Setembro: Morte de D. Pedro. Início do reinado, de facto, de D. Maria II. Pedro de Sousa Holstein, Duque de Palmela, assume a presidência do Ministério, dia 24.

Extinção das ordens religiosas e nacionalização dos seus bens, muitos deles vendidos, depois, em hasta pública, em benefício exclusivo dos liberais endinheirados.

Nova Lei de Imprensa abole a censura prévia e permite novo surto de expansão do jornalismo em Portugal. Surgirão jornais como *O Procurador dos Povos*, *A Lança* (antecessor do *Revolução de Setembro*) e *O Atleta*.

Fundação das Associações Comerciais de Lisboa e Porto.

Obrigatoriedade da frequência do ensino básico.

António Rodrigues Sampaio começa a colaborar no jornal portuense *A Vedeta da Liberdade* e inicia-se na Maçonaria.

1835

Maior: Governo de Vitório de Andrade Barbosa, conde de Linhares (dia 4). Governo do marechal duque de Saldanha, cartista (dia 27).

Novembro: Governo de José Jorge Loureiro (dia 18).

1836

Dissolução da Câmara dos Deputados, em conflito com o Governo. Marcação de eleições.

Oposição anti-cartista e constitucionalista (adepta da Constituição de 1822) organiza-se no Porto, liderada pelos irmãos José e Manuel Passos (Passos Manuel).

Abril: Governo do duque da Terceira, cartista (dia 20).

Setembro: Estala a revolução setembrista em Lisboa. Governo do conde de Lumiares, setembrista (dia 10).

A Constituição de 1822 é restabelecida e a Carta Constitucional abolida.

O Governo setembrista reforma o ensino e cria os liceus, as Academias Reais de Belas-Artes, as Escolas Médico-Cirúrgicas de Lisboa e Porto, as Escolas de Farmácia e o Conservatório de Música.

António Rodrigues Sampaio casa com Maria Barbosa Soares de Brito, que falecerá em 1841. A 19 de Setembro, é nomeado secretário-geral do Governo Civil de Bragança.

Novembro: Golpe cartista da Belenzada. Governo cartista do conde de Vimioso, por dois dias (4 e 5 de Novembro), que ficou conhecido por Governo da Belenzada. Um dos seus instigadores do golpe,

Agostinho José Freire, é morto em Lisboa, perto de Belém. Cartistas e constitucionalistas aceitam uma solução de compromisso: convocação de Cortes Constituintes. Governo do marquês de Sá da Bandeira, setembrista (dia 5).

Publicado o *Código Administrativo* de Passos Manuel, que divide o país em distritos, concelhos e freguesias, solução que vigora até hoje.

Dezembro: Proibição do tráfico de escravos em todas as possessões portuguesas a Sul do Equador.

1837

Janeiro: Cortes Constituintes entram em funções.

Governo setembrista pratica uma política proteccionista para fazer face à crise comercial e financeira.

Maior: Sufocada conspiração miguelista das Marnotas.

Junho: Governo setembrista de António Dias de Oliveira (dia 2).

Julho: Revolta dos Marechais contra o Governo setembrista, encabeçada por Saldanha, com o apoio do duque da Terceira e de Mouzinho de Albuquerque. Terminará em Setembro.

Agosto: Governo setembrista do marquês de Sá da Bandeira (dia 2).

Setembro: Início da publicação de *O Panorama*, importante periódico destinado à ilustração do público, dirigido por Alexandre Herculano.

1838

Março: Terminam os trabalhos das Cortes Constituintes. Publicação e juramento da Constituição de 1838, similar à de 1822.

Primeira Exposição Industrial Portuguesa.

Fundação da primeira organização operária portuguesa, a Sociedade dos Artistas Lisbonenses.

Massacre de milícias populares em Lisboa, no Rossio.

Abril: A Rainha D. Maria II jura a nova Constituição.

Agosto: Fuzilado José de Sousa Reis, que liderava, no Algarve, a Guerrilha do Remexido, de inspiração miguelista. Tinha sido capturado em Julho.

1839

Abril: Queda do Governo setembrista. O barão de Ribeira de Sabrosa assume a presidência de um Governo de iniciativa régia (dia 18 de Abril).

Novembro: Governo de iniciativa régia do conde do Bonfim.

Ascensão de Costa Cabral, que assume o Ministério da Justiça.

António Rodrigues Sampaio toma posse do cargo de administrador-geral (cargo futuramente designado por governador civil) do distrito de Castelo Branco.

1840

Junho: Fundado por José Estêvão e Manuel José Mendes Leite, iniciou-se, no dia 2, a publicação de *A Revolução de Setembro*. António Rodrigues Sampaio, entretanto demitido do cargo que exercia em Castelo Branco, junta-se à redacção.

Fundação da fábrica de papel do Tojal.

Início da colonização de Moçâmedes.

1841

Julho: Governo de Joaquim António de Aguiar (dia 9).

1842

Janeiro/Fevereiro: Golpe de Estado de Costa Cabral. Restauração da Carta Constitucional de 1826.

Fevereiro: Governo cartista do duque de Palmela, por dois dias (7 a 9 de Fevereiro). Ficou conhecido por Governo do Entrudo. Governo cartista de tendência cabralista de Costa Cabral (dia 9), formalmente presidido pelo duque da Terceira.

Limitações à liberdade de imprensa.

Promulgação de um novo *Código Administrativo*.

Tratado anti-esclavagista com a Inglaterra.

Março: Pela primeira vez, no dia 13, uma gravura feita a partir de fotografia é publicada na imprensa portuguesa, tendo surgido no *Panorama*.

1843

Viagens de exploração ao interior de Angola.

1844

Fevereiro: Revolta setembrista de Torres Vedras, na qual participa José Estêvão. Durará até Abril.

Abril: Setembristas de Torres Vedras rendem-se. José Estêvão exila-se e António Rodrigues Sampaio assume o cargo de redactor principal do jornal *Revolução de Setembro*.

Agudizam-se as perseguições à imprensa anticabralista, em particular ao *Revolução*.

Criação, por Costa Cabral, da Companhia dos Tabacos, do Sabão e das Pólvoras, Companhia das Obras Públicas e Companhia das Estradas do Minho.

Reforma do ensino.

1846

Crise financeira provocada pelo aumento vertiginoso da dívida pública do Estado.

Fusão do Banco de Lisboa com a Companhia Confiança Nacional dá origem ao Banco de Portugal.

Macau é transformado em porto livre, mas o comércio de escravos constitui o grosso das transacções.

Abril: Começa, em Vieira do Minho, a revolta da Maria da Fonte, que, embora de inspiração miguelista, é aproveitada pelos setembristas (constitucionalistas) na sua luta contra os cabralistas (cartistas). Organização de Juntas Provisórias de inspiração setembrista nas principais cidades e vilas do país.

Mai: Prisão de António Rodrigues Sampaio. Demissão de Costa Cabral em consequência da Maria da Fonte (dia 20). O duque de Palmela assume a liderança do Governo, no qual participam, entre outros, Sá da Bandeira e Silva Sanches. São marcadas eleições para Outubro. António Rodrigues Sampaio é solto.

Outubro: Golpe da Emboscada (dia 6), com a conivência de D. Maria II. Palmela forçado a demitir-se. Formação de um novo Governo cartista de tendência cabralista, embora sem Cabrais, liderado pelo marechal duque de Saldanha. José Passos desencadeia, no Porto, a Patuleia. Guerra civil.

Novembro: Forças patuleias ocupam Santarém.

Dezembro: Saldanha derrota as forças patuleias em Torres Vedras.

Alexandre Herculano começa a lançar a sua *História de Portugal*, numa tarefa que se estenderá até 1853.

António Rodrigues Sampaio lança, com outros, *O Estado da Questão*, panfleto anticabralista, e, sucessivamente, em Dezembro, os periódicos clandestinos *O Eco de Santarém* e *O Espectro*.

1847

Janeiro a Maio: Convergência contranatura entre miguelistas e setembristas contra os cartistas (cabralistas e saldanhistas) provoca desagrado em Inglaterra, França e Espanha, que, no âmbito da Quádrupla Aliança, ponderam intervir em Portugal, para evitar o regresso ao absolutismo e manter a Monarquia liberal, encarnada por D. Maria II.

Março: Numa repetição da estratégia das guerras liberais, Sá da Bandeira embarca tropas no Porto, desembarca-as no Sul do país, em Lagos, e progride para Norte, com intenção de atingir Lisboa, mas somente consegue avançar até Setúbal.

Mai: Intervenção militar estrangeira.

Junho: Convenção de Gramido e fim da Patuleia. Forma-se um Governo provisório, cuja missão principal seria preparar eleições.

Julho: *O Espectro* cessa a publicação, no dia 13.

Agosto: dia 2, o *Revolução de Setembro* regressa às bancas, com António Rodrigues Sampaio no comando.

Os navios ingleses são autorizados a aportar em Moçambique.

Dezembro: Eleições dão a maioria parlamentar aos cabralistas.

1848

Reabertura das Cortes, com uma maioria cabralista.

Surgem, pela primeira vez, jornais republicanos em Portugal. *A República* é o primeiro. Têm existência efémera.

Primeiro estúdio fotográfico inaugurado em Lisboa.

1849

Junho: Governo cartista de tendência cabralista de Costa Cabral (dia 19).

O Governo de Costa Cabral dinamiza a criação de estradas macadamizadas.

1850

Agosto: No dia 3, é promulgada a “lei das Rolhas”, cerceadora da liberdade de imprensa.

Os intelectuais protestam contra a “Lei das Rolhas”, mas, sintoma do crescimento e importância do operariado urbano, surge o jornal *O Eco dos Operários*.

1851

Abril/Maio: Revolta contra Costa Cabral conduzida por Saldanha. Cabral abandona o país. Regeneração e primeira fase do Rotativismo (os dois principais partidos vão alternar-se no poder). Liberdade de imprensa.

Abril: Governo regenerador do duque da Terceira (26 de Abril a 1 de Maio).

Maio: Governo regenerador do marechal duque de Saldanha (dia 1).

Julho: Alexandre Herculano, reserva moral da Nação, recusa a pasta do Reino e funda o jornal *O País*.

Novembro: Eleições gerais. António Rodrigues Sampaio é eleito deputado pelos círculos de Barcelos e de Lisboa, optando por representar este último.

1852

Fundação do Partido Histórico, agrupando os partidários do duque de Loulé e, em geral, os adversários dos regeneradores. Alternará no poder com os regeneradores até 1876, ano em que se funde com o Partido Reformista, dando origem ao Partido Progressista.

Fontes Pereira de Melo aceita tutelar o Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. São lançadas as bases do Fontismo. Almeida Garrett aceita o cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros.

Fontes Pereira de Melo lança o ensino técnico. Fundação do Instituto de Agronomia e do Instituto Industrial.

Primeira Exposição Agrícola Portuguesa.

Julho: Acto adicional à Carta Constitucional prevê a eleição directa dos deputados, o alargamento do universo eleitoral e a abolição da pena de morte para crimes políticos.

Dezembro: Eleições gerais. António Rodrigues Sampaio, reeleito deputado por Barcelos e Lisboa, continua a representar este último círculo.

António Rodrigues Sampaio torna-se grão-mestre da Confederação Maçónica e funda, tornando-se seu primeiro presidente, o Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas.

1853

Inicia-se a utilização de selos de correio em Portugal.

Fontes Pereira de Melo começa a construir linhas-férreas, uma de Lisboa para Norte e outra de Lisboa até à fronteira espanhola. No comércio externo, adopta-se uma política livre-cambista.

Novembro: Morre S. M. a Rainha D. Maria II. Devido à menoridade de D. Pedro V, o Rei consorte de D. Maria II, D. Fernando, assume a regência em nome do filho.

1854

Inauguração do telégrafo em Portugal.

Lei concede liberdade aos escravos do Estado e aos escravos importados por via terrestre.

Elias Garcia funda *O Trabalho*, jornal de inspiração socialista e republicana.

Fundação de *O Comércio do Porto*, que se transformará, a partir de 1865, num jornal noticioso de informação geral.

1855

Mai: Sucesso das armas portuguesas em Angola, em Ambriz.

Setembro: S. M. D. Pedro V aclamado Rei, ao perfazer 18 anos. Um dos seus primeiros actos foi colocar à porta do Palácio Real uma caixa verde, da qual somente ele tinha a chave, onde o povo podia colocar correspondência dirigida ao Soberano.

Exposição industrial.

1856

Inauguração do troço Lisboa-Carregado da linha-férrea do Norte.

Início do serviço regular de malaposta entre Lisboa e Porto.

Lei concede liberdade aos escravos que desembarquem no continente, ilhas adjacentes, Índia e Macau.

Epidemia de cólera.

Junho: Governo do Partido Histórico, do duque de Loulé (dia 6).

Julho: Fim da legislatura, no dia 19.

Novembro: Eleições gerais. António Rodrigues Sampaio é reeleito deputado pelo círculo de Lisboa.

1857

Epidemia de febre-amarela.

Exposição Industrial no Porto.

Criação de uma colónia militar agrícola em Huíla.

Novembro: Captura do navio francês *Charles et Georges*, com uma carga de escravos, em Moçambique, detona uma crise diplomática entre Portugal e a França.

Início da publicação do jornal ilustrado *Arquivo Pitoresco*.

1858

Início das primeiras carreiras regulares a vapor entre Portugal e Angola.

Maior: Eleições gerais. António Rodrigues Sampaio é eleito deputado pelo círculo de Goa.

Fontes Pereira de Melo assume a liderança do Partido Regenerador.

Projecto-lei de Sá da Bandeira para a abolição da escravatura.

1859

Março: Governo do Partido Regenerador, chefiado pelo duque da Terceira (dia 16).

Adopção do sistema métrico.

Fontes Pereira de Melo cria a Direcção-Geral de Instrução e funda o Curso Superior de Letras.

Setembro: No dia 26, António Rodrigues Sampaio é nomeado conselheiro vitalício do Tribunal de Contas.

1860

Fundação da Associação Industrial Portuguesa e da Associação da Agricultura Portuguesa.

Janeiro: Eleições gerais. António Rodrigues Sampaio é reeleito deputado, pelo círculo de Aldeia Galega. Não será reeleito nas duas legislaturas seguintes.

Mai: Governo regenerador de Joaquim António de Aguiar (dia 1).

Crise diplomática luso-britânica, provocada pela declaração unilateral inglesa de que a Inglaterra passaria a exercer a soberania a sul da baía de Lourenço Marques, em Moçambique. A fragata britânica *Brisk*, comandada pelo vice-almirante Keppel, entra na baía de Lourenço Marques.

Julho: Governo do Partido Histórico, chefiado pelo duque de Loulé (dia 4).

1861

A via-férrea do Sul passa a ligar o Barreiro a Vendas Novas e Setúbal.

Exposição Industrial Portuguesa.

Fundação do Observatório Astronómico de Lisboa.

Novembro: No dia 11, o jovem mas promissor Rei D. Pedro V morre, tal como os seus irmãos, D. Fernando e D. João, na sequência de uma epidemia de febre tifóide que grassou no país. Não tendo descendência, sucede-lhe o irmão, D. Luís I. Correm rumores de que o Rei teria sido envenenado.

25 de Dezembro: Tumultos populares provocados pelo rumor de envenenamento do amado Rei. São assaltados ministérios e residências de ministros. A Associação Patriótica, movimento da esquerda liberal, exige que sejam tomadas todas as medidas necessárias à protecção da vida de D. Luís I.

1862

Tratado de Tien-Tsin entre Portugal e a China.

Fundação do Partido Reformista, em torno de Sá da Bandeira, que rompe com o Partido Histórico. Não resistirá à morte do líder, em 1876. Acabará por se fundir, de novo, com o Partido Histórico, dando origem ao Partido Progressista.

1863

Concluída a via-férrea de Setúbal a Évora e ligação a Espanha.

Abolição dos morgadios, com excepção dos da Casa de Bragança.

Feira Agrícola em Braga.

Exposição Industrial Têxtil.

1864

Concluída a ligação por caminho-de-ferro entre Lisboa e Vila Nova de Gaia, no Porto, e entre Évora e Beja, a Sul.

Dezembro: Fundação do *Diário de Notícias*, primeiro jornal noticioso industrial do país, cujas receitas se baseiam essencialmente na publicidade. Saída dos números experimentais (o primeiro, dia 29).

O primeiro censo demográfico revela que Portugal tinha 3 829 618 habitantes, contando Lisboa com 190 mil e o Porto com 80 mil.

1865

Publicação regular do *Diário de Notícias*. O seu êxito promove uma campanha de alguns jornais políticos contra o novo periódico, acusado de abastardar o jornalismo. Mas o modelo noticioso e politicamente independente do DN vinga, permitindo o aparecimento de jornais semelhantes, como, em 1866, o *Diário Popular*, em Lisboa, e o *Jornal de Notícias*, no Porto.

Fundação do Banco Nacional Ultramarino e da Companhia União Fabril (CUF).

Abril: Governo reformista do marquês de Sá da Bandeira (dia 17).

Maior: Rebenta a Questão Coimbrã, provocada por uma crítica de Teófilo Braga e de Antero de Quental ao *Poema da Mocidade*, de Feliciano de Castilho. O movimento de crítica ao Romantismo desemboca num movimento de crítica à Regeneração.

Julho: Eleições gerais. António Rodrigues é novamente eleito deputado, mas pelo círculo de Arganil.

Setembro: Governo de fusão entre regeneradores e históricos, chefiado por Joaquim António de Aguiar (dia 4).

1867

Publicação de novos códigos *Civil e Administrativo*.

Abolição da pena de morte para crimes civis.

Eça de Queirós funda o bissemanário *Distrito de Évora*.

Portugal participa na Exposição Internacional de Paris.

António Rodrigues Sampaio é eleito vereador da Câmara Municipal de Lisboa, mas não chega a tomar posse, por causa da revolta da Janeirinha, no ano seguinte.

1868

Janeiro: Revolta da Janeirinha, no Porto, desencadeada por comerciantes descontentes com a política fiscal, alastra, posteriormente, a Lisboa e ao resto do país. Inicia-se, no Porto, a publicação de *O Primeiro de Janeiro*.

Fim do Governo de Joaquim António de Aguiar (dia 4).

Governo do duque de Ávila (dia 4).

Março: Eleições gerais. António Rodrigues Sampaio não é eleito.

Julho: Governo reformista do marquês de Sá da Bandeira (dia 22).

Fundação da Companhia das Águas, em Lisboa.

1869

Abril: Eleições gerais. António Rodrigues Sampaio também não consegue ser eleito.

Agosto: Governo do Partido Histórico, chefiado pelo duque de Loulé (dia 11).

Abolição da escravatura em todos os territórios portugueses, excepto Macau.

Portugal celebra com a República do Transval um tratado que reconhece a soberania portuguesa em Moçambique.

1870

Cabo submarino entre Portugal e Inglaterra.

Março: Eleições gerais. António Rodrigues Sampaio é eleito deputado pelo círculo de Torres Novas para a efémera 18ª legislatura. É eleito presidente da Câmara dos Deputados.

Maior: Golpe de Estado promovido pelo marechal duque de Saldanha. Governo regenerador de Saldanha (dia 19). António Rodrigues Sampaio é nomeado, pela primeira vez, ministro do Reino, no dia 26, mas a 7 de Junho abandonará o cargo, desgostoso com a linha que Saldanha imprimia ao Governo.

Julho: Término da legislatura.

Agosto: Fim do Governo do marechal duque de Saldanha (dia 29). Toma posse o Governo reformista do marquês de Sá da Bandeira (dia 30).

Setembro: Eleições gerais.

Outubro: Governo reformista do duque de Ávila e Bolama (dia 29).

Oliveira Marreca funda a primeira organização republicana portuguesa.

José Fontana, Azevedo Gneco, Antero de Quental e Oliveira Martins fundam uma organização socialista.

Eça de Queirós e Ramalho Ortigão escrevem *O Mistério da Serra de Sintra*, primeiro arremedo de romance policial e de mistério português, sob a forma de folhetim.

1871

Ramalho Ortigão e Eça de Queirós iniciam a publicação do periódico satírico *As Farpas*.

Antero de Quental lança *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares*.

Maior: Por iniciativa do grupo do Cenáculo, começam as Conferências do Casino Lisbonense, que se propunham “estudar as condições de transformação política, económica e religiosa da sociedade

portuguesa”. As conferências causam polémica e são proibidas em Junho. António Rodrigues Sampaio apoia a proibição.

Fundação da Associação Protectora do Trabalho, socialista.

Julho: Eleições gerais. António Rodrigues Sampaio é eleito deputado por Torres Novas.

Setembro: No dia 13, António Rodrigues Sampaio é empossado, pela segunda vez, ministro do Reino, num Governo do Partido Regenerador presidido por Fontes Pereira de Melo. Manter-se-á no cargo até 6 de Março de 1877, durante duas legislaturas, em que foi sempre eleito deputado por Torres Novas, em governos regeneradores chefiados por Fontes Pereira de Melo.

1872

Primeiro surto de greves em Portugal afecta a indústria tipográfica, têxtil, tabaqueira e metalúrgica.

José Fontana funda a Associação Fraternidade Operária, socialista, secção portuguesa da 1ª Internacional.

Campanha militar contra os Dembos, em Angola.

1873

Fundação do Centro Republicano Federal.

Novo surto grevista.

Via-férrea até Estremoz.

1874

Abolição do comércio de escravos em Macau. Esclavagismo integralmente abolido na totalidade dos territórios portugueses.

Inauguração dos transportes públicos com o aparecimento do carro “Americano”.

1875

Fundação do Partido Socialista por Azevedo Gneco e José Fontana. Adesões de Antero de Quental, Nobre França e José Tedeschi, entre outros.

Fundação da Sociedade de Geografia de Lisboa.

Criado por Rafael Bordalo Pinheiro, o Zé-Povinho, caricatura representativa do povo português, surge, pela primeira vez, no jornal satírico *A Lanterna Mágica*.

Início da publicação da *Revista Ocidental*, dirigida por Oliveira Martins.

1876

Crise económica e financeira.

João de Deus publica a *Cartilha Maternal*, onde aplica um novo e original método de aprendizagem da leitura e da escrita.

Abril: No dia 3, é fundado o Directório Republicano Democrático, embrião do Partido Republicano.

Setembro: Fusão do Partido Histórico e do Partido Reformista no Partido Progressista, pelo Pacto da Granja.

1877

A inauguração da ponte D. Maria Pia, sobre o rio Douro, permite a ligação ferroviária directa entre Lisboa e Porto.

Viagens de exploração de Brito Capelo, Roberto Ivens e Serpa Pinto, em África, com o objectivo último de legitimar possessões portuguesas.

Primeiras linhas telefónicas experimentais instaladas em Portugal.

Março: Fim do Governo de Fontes Pereira de Melo e, por consequência, António Rodrigues Sampaio abandona a tutela do Ministério do Reino. O duque de Ávila e Bolama, reformista, assume a chefia de novo Governo (dia 6).

1878

Janeiro: Novo Governo regenerador de Fontes Pereira de Melo toma posse, no dia 26. Inicia-se a segunda fase do Rotativismo.

António Rodrigues Sampaio toma novamente posse do Ministério do Reino. Nesse mesmo ano, elevado ao pariato, ocupa um lugar hereditário na Câmara dos Pares do Reino.

O primeiro deputado republicano, Rodrigues de Freitas, entra para a Câmara.

Primeiras experiências para a iluminação eléctrica de Lisboa.

Dezembro: Tratado luso-britânico regula o comércio com a Índia Portuguesa.

Surge *O Ocidente*, publicação importante para a expansão da fotografia documental no país, que se editou até 1915.

Fundado o Partido dos Operários Socialistas de Portugal, resultando da fusão do Partido Operário Socialista com sindicalistas da Associação dos Trabalhadores.

Inauguração do Observatório da Tapada da Ajuda.

1879

Publicação da *História de Portugal* e da *História da Civilização Ibérica*, de Oliveira Martins.

Início da publicação do jornal *A Voz do Operário*.

Separação administrativa da Guiné e de Cabo verde.

Maior: No dia 29, o Governo fontista cai e é substituído por um Governo do Partido Progressista, liderado por Anselmo José Braamcamp. António Rodrigues Sampaio sai do Governo.

Tratado de Lourenço Marques, celebrado entre Portugal e a Inglaterra, concede privilégios comerciais aos britânicos em Moçambique.

1880

Comemorações do tricentenário da morte de Camões são aproveitadas por vários movimentos, incluindo o republicano, para a crítica política.

Fundação, na sequência das comemorações, da Associação de Jornalistas e Escritores Portugueses, em Lisboa, da qual Sampaio é eleito presidente honorário.

Fundação do Ateneu Comercial de Lisboa.

1881

Portugal Contemporâneo, de Oliveira Martins.

Fevereiro: Surge, em Lisboa, *A Ilustração Universal*.

Março: O Governo progressista de Braamcamp cai. Chamado a formar Governo, Fontes Pereira de Melo passa a tarefa a António Rodrigues Sampaio, que, no dia 23, se torna presidente do Ministério (cargo equivalente, hoje, ao de primeiro-ministro).

Inquérito Industrial.

Junho: Fundação do jornal *O Século*, por um grupo de republicanos.

Surto de greves na indústria têxtil.

Novembro: No dia 14, Fontes Pereira de Melo substitui António Rodrigues Sampaio na presidência do Ministério.

Gomes Leal lança *O Renegado – Carta ao Velho Panfletário sobre a Perseguição à Imprensa*, o mais acutilante e grave ataque que Sampaio recebeu no fim da vida.

1882

Instalação de telefones em Lisboa e no Porto.

Concluídas as linhas de caminho-de-ferro da Beira Alta e do Minho.

Greves de tipógrafos e tabaqueiros.

Setembro: No dia 13, vítima de pneumonia, morre António Rodrigues Sampaio. Consta a lenda que terá revisto, por uma última vez, as provas tipográficas do *Revolução de Setembro*.

Apêndice 2

Primeiros-ministros de Portugal

1834-1882

Nome	Tendência	Mandato
Pedro de Sousa Holstein, duque de Palmela (1º mandato)	Liberal	24 de Setembro de 1834 a 4 de Maio de 1835
Vitório Maria Francisco de Sousa Coutinho Teixeira, 2º conde de Linhares	--	4 de Maio de 1835 a 27 de Maio de 1835
Marechal João Carlos Gregório Domingos Vicente Francisco de Saldanha Oliveira e Daun, duque de Saldanha (1º mandato)	Cartista	27 de Maio de 1835 a 18 de Novembro de 1835
José Jorge Loureiro	--	18 de Novembro de 1835 a 20 de Abril de 1836
António José de Sousa Manuel de Menezes Severim de Noronha, duque da Terceira (1º mandato)	Cartista	20 de Abril de 1836 a 10 de Setembro de 1836
José da Gama Carneiro e Sousa	Setembrista	10 de Setembro de 1836 a 4 de Novembro de 1836
José Bernardino de Portugal e Castro, marquês de Valença e conde do Vimioso (Governo da Belenzada)	Cartista	4 a 5 de Novembro de 1836
Bernardo de Sá Nogueira de Figueiredo, marquês de Sá da Bandeira (1º mandato)	Setembrista	5 de Novembro de 1836 a 2 de Junho de 1837
António Dias de Oliveira	Setembrista	2 de Junho de 1837 a 2 de Agosto de 1837

Bernardo de Sá Nogueira de Figueiredo, marquês de Sá da Bandeira (2º mandato)	Setembrista	2 de Agosto de 1837 a 18 de Abril de 1839
Rodrigo de Almeida Carvalhais, barão de Ribeira de Sabrosa	--	18 de Abril de 1839 a 26 de Novembro de 1839
João Travassos Valdez, barão e 1º conde do Bonfim	--	26 de Novembro de 1839 a 9 de Julho de 1841
Joaquim António de Aguiar (1º mandato)	Liberal	9 de Julho de 1841 a 7 de Fevereiro de 1842
Pedro de Sousa Holstein, duque de Palmela (2º mandato – Governo do Entrudo)	Cartista	7 a 9 de Fevereiro de 1842
António Bernardo da Costa Cabral, marquês de Tomar (1º mandato, embora formalmente o presidente do Ministério fosse António José de Sousa Manuel de Menezes Severim de Noronha, duque da Terceira)	Cartista	9 de Fevereiro de 1842 a 20 de Maio de 1846
Pedro de Sousa Holstein, duque de Palmela (3º mandato)	Cartista	20 de Maio de 1846 a 6 de Outubro de 1846
Marechal João Carlos Gregório Domingos Vicente Francisco de Saldanha Oliveira e Daun, duque de Saldanha (2º mandato)	--	6 de Outubro de 1846 a 18 de Junho de 1849
António Bernardo da Costa Cabral (2º mandato)	Cartista	18 de Junho de 1849 a 26 de Abril de 1851
António José de Sousa Manuel de Menezes Severim de Noronha, duque da Terceira (2º mandato)	Regenerador	26 de Abril de 1851 a 1 de Maio de 1851

Marechal João Carlos Gregório Domingos Vicente Francisco de Saldanha Oliveira e Daun, duque de Saldanha (3º mandato)	Regenerador	1 de Maio de 1851 a 6 de Junho de 1856
Nuno José Severo de Mendonça Rolim de Moura Barreto, duque de Loulé (1º mandato)	Histórico	6 de Junho de 1856 a 16 de Março de 1859
António José de Sousa Manuel de Menezes Severim de Noronha, duque da Terceira (3º mandato)	Regenerador	16 de Março de 1859 a 26 de Abril de 1860
Joaquim António de Aguiar (2º mandato)	Regenerador	1 de Maio de 1860 a 4 de Julho de 1860
Nuno José Severo de Mendonça Rolim de Moura Barreto, duque de Loulé (2º mandato)	Histórico	4 de Julho de 1860 a 17 de Abril de 1865
Bernardo de Sá Nogueira de Figueiredo, marquês de Sá da Bandeira (3º mandato)	Reformista	17 de Abril de 1865 a 4 de Setembro de 1865
Joaquim António de Aguiar (3º mandato – Governo “da Fusão”)	Coligação entre Regeneradores e Históricos	4 de Setembro de 1865 a 4 de Janeiro de 1868
António José de Ávila, duque de Ávila e Bolama (1º mandato)	--	4 de Janeiro de 1868 a 22 de Julho de 1868
Bernardo de Sá Nogueira de Figueiredo, marquês de Sá da Bandeira (4º mandato)	Reformista	22 de Julho de 1868 a 11 de Agosto de 1869
Nuno José Severo de Mendonça Rolim de Moura Barreto, duque de Loulé (3º mandato)	Histórico	11 de Agosto de 1869 a 19 de Maio de 1870
Marechal João Carlos Gregório Domingos	Regenerador	19 de Maio de 1870 a 29 de

Vicente Francisco de Saldanha Oliveira e Daun, duque de Saldanha (4º mandato)		Agosto de 1870
Bernardo de Sá Nogueira de Figueiredo, marquês de Sá da Bandeira (5º mandato)	Reformista	30 de Agosto de 1870 a 29 de Outubro de 1870
António José de Ávila, duque de Ávila e Bolama (2º mandato)	Reformista	29 de Outubro de 1870 a 13 de Setembro de 1871
António Maria de Fontes Pereira de Melo (1º mandato)	Regenerador	13 de Setembro de 1871 a 6 de Março de 1877
António José de Ávila, duque de Ávila e Bolama (3º mandato)	Reformista	6 de Março de 1877 a 26 de Janeiro de 1878
António Maria de Fontes Pereira de Melo (2º mandato)	Regenerador	26 de Janeiro de 1878 a 29 de Maio de 1879
Anselmo José Braamcamp de Almeida Castelo Branco	Progressista	29 de Maio de 1879 a 23 de Março de 1881
António Rodrigues Sampaio	Regenerador	23 de Março de 1881 a 14 de Novembro de 1881
António Maria de Fontes Pereira de Melo (3º mandato)	Regenerador	14 de Novembro de 1881 a 16 de Fevereiro de 1886

Apêndice 3

Cronologia internacional – principais eventos

1834-1882

1834

Começa a guerra civil em Espanha. D. Carlos, tio da Rainha D. Isabel II, de apenas 4 anos, invoca a Lei Sálica para reclamar o Trono espanhol, detonando as Guerras Carlistas. D. Carlos enfrenta a intervenção de uma aliança entre Portugal, a Inglaterra e a França, apoiantes de D. Isabel II, a pedido do Governo espanhol estabelecido.

Robert Owen forma a central sindical Grand National Consolidated Trades Union, dando sequência a iniciativas semelhantes anteriores. Mas seria mal sucedida.

1835

O imperador Francisco I da Áustria morre. Sucede-lhe o filho Fernando I.

A guerra civil prossegue em Espanha. Intervenção militar franco-britânica.

Republicanos franceses comentem um atentado contra o Rei D. Luís Filipe. O Rei sobrevive ao atentado, mas 18 pessoas morrem. Na sequência do atentado, endurecem as leis restritivas da liberdade de imprensa e fazem-se novas leis para tornar mais expedito o julgamento de insurgentes.

Na Florida, os nativos Seminole atacam as tropas norte-americanas, iniciando uma guerra que se prolongará até 1842.

Ditadura de Juan de Rosas na Argentina.

Reforma municipal na Grã-Bretanha impõe eleições para os municípios.

Samuel Colt patenteia o seu revólver.

Fundação do *New York Herald*.

Abertura do Museu de Cera de Madame Tussaud

1836

O Arkansas torna-se o 25º Estado dos EUA.

O Texas declara a independência do México. Após um cerco sangüinário, as tropas mexicanas capturam o forte Alamo, reduto de resistência texana, onde morre um dos heróis míticos da expansão norte-americana – Davy Crockett.

Independência da República do Texas após a derrota dos mexicanos na batalha de San Jacinto.

Boers fundam o Estado Livre de Orange, na África do Sul.

Martin van Buren eleito Presidente dos Estados Unidos.

Federação entre o Peru e a Bolívia.

1837

O Michigan torna-se o 26º estado dos EUA.

Especulação causa pânico financeiro nos Estados Unidos.

O Rei William IV do Reino Unido morre. Sucede-lhe a Rainha Vitoria.

Rebeliões de Joseph Papineau e de William Lyon Mackenzie no Canadá. O navio norte-americano *Carolina*, que fornecia os rebeldes, é apresado pelas autoridades canadianas, causando tensão entre os dois países.

Os boers começam a ocupação de Natal e Zululândia, na África do Sul.

Morse faz demonstrações do seu telégrafo.

1838

Sufocada a revolta de Mackenzie no Canadá.

Petição popular em Inglaterra a favor de reformas parlamentares.

Os boers derrotam os zulus na batalha de Blood River.

Tropas francesas ocupam Vera Cruz, no México.

Começa a Primeira Guerra Afegã entre britânicos e afegãos.

O aparecimento do daguerreótipo de Louis Daguerre promove a massificação da fotografia. O invento tinha por inconveniência a irreprodutibilidade das imagens, já que se obtinha um positivo.

Organizada clandestinamente uma via para a fuga de escravos do Sul para o Norte dos Estados Unidos, cujos estados eram anti-esclavagistas.

Abertura das carreiras regulares a vapor entre a Europa e os Estados Unidos.

Abre a National Gallery, em Londres.

1839

Rejeição, pelo Parlamento britânico, da petição popular para a introdução de reformas no sistema de eleição parlamentar provoca motins um pouco por toda a Grã-Bretanha.

Começa a Primeira Guerra do Ópio entre a China e o Reino Unido. Os chineses incendeiam ópio britânico. Os britânicos afundam juncos chineses e ocupam Hong Kong.

A Federação Bolívia-Peruana é dissolvida na sequência de uma derrota das suas tropas frente aos chilenos, em Yungay.

Guerra entre o Uruguai e a Argentina.

Retirada francesa do México.

Independência da Bélgica reconhecida pela Holanda. O Tratado de Londres garante a independência belga e a sua perpétua neutralidade.

Independência do Grão-Ducado do Luxemburgo.

Invenção de um método negativo-positivo para a produção de fotografias em papel, por William Fox Talbot. Ao contrário do daguerreótipo, o novo método permite a produção ilimitada de cópias de fotografias a baixo custo, o que populariza ainda mais a fotografia.

1840

A Rainha Vitoria casa com o Príncipe Alberto.

O Acto da União une o Canadá.

Fracassa uma tentativa de revolta contra o rei conduzida pelo sobrinho de Napoleão, Luís Napoleão, que viria a reinar em França como Napoleão III.

Termina a Primeira Guerra Afegã.

A Rússia, a Grã-Bretanha, a Áustria e a Prússia unem-se numa guerra contra o Egipto. Forças britânicas capturam Acre e os egípcios evacuam a Síria.

O Tratado de Waitangi entre britânicos e Maoris torna a Nova Zelândia uma colónia britânica.

William Henry Harrison é eleito 9º Presidente dos Estados Unidos.

Charles Darwin publica *Zoology of the Voyage of the Beagle*.

Introdução dos selos de correio no Reino Unido.

1841

Morre o Presidente William Henry Harrison. O vice-presidente John Taylor torna-se o 10º Presidente norte-americano.

Revolta de Dorr no estado norte-americano de Rhode Island contra o sistema de governo.

Massacre de oficiais britânicos em Cabul provoca a Segunda Guerra Afegã.

O Bósforo e o Dardanelos são fechados à navegação de navios de guerra não turcos otomanos.

Disputas comerciais provocam nova guerra entre a China e o Reino Unido.

Fundação da revista britânica *Punch*.

Fundação do *New York Tribune*.

1842

O Tratado de Ashburton, celebrado entre americanos e britânicos, estabelece a fronteira entre o estado norte-americano do Maine e o Canadá.

Rhode Island recebe uma nova Constituição na sequência da Revolta de Dorr, pondo-lhe termo.

Os Estados Unidos reconhecem a independência do Hawaii.

As tropas britânicas são derrotadas em Cabul e massacradas enquanto retiram do país, mas uma nova ofensiva britânica permite a reocupação da capital afegã, pondo fim à Segunda Guerra Afegã.

Irrrompem novas revoltas operárias e populares na Grã-Bretanha, em favor de reformas laborais e eleitorais.

Termina a guerra entre a China e o Reino Unido. Abertura dos portos chineses ao comércio com o estrangeiro. Hong-Kong torna-se um território britânico.

Pela primeira vez, o éter é usado como anestésico durante uma cirurgia.

Proibido o trabalho infantil e feminino nas minas britânicas.

1843

Ofensiva militar britânica permite a ocupação da região de Sind, na Índia.

A Gâmbia torna-se uma colónia real britânica.

Rebelião na Grécia contra o Rei Otto I.

Natal, na África do Sul, é declarado colónia real britânica e o Botswana é tornado protectorado britânico.

O Reino Unido é declarado nação mais favorecida num tratado comercial com a China.

Rebelião dos nativos Maori, na Nova Zelândia, detona uma guerra contra as autoridades coloniais britânicas.

1844

O Senado norte-americano rejeita uma petição texana para tornar o Texas um estado norte-americano.

Karl XIV da Suécia morre. É sucedido pelo seu filho, Oskar I.

O patriota irlandês Daniel O'Connell é condenado por sedição por advogar a independência irlandesa, mas a Câmara dos Lordes não sanciona a sentença.

Tratado de Wanghsia entre a China e os Estados Unidos garante protecção aos cidadãos americanos na China.

James K. Polk é eleito Presidente dos Estados Unidos.

O telégrafo de Morse é usado pela primeira vez.

O economista James Stuart Mill escreve *Unsettled Questions of Political Economy*.

1845

A Florida torna-se o 27º estado norte-americano e o Texas o 28º.

Discordância entre o México e os Estados Unidos sobre a definição da fronteira dos dois países.

Britânicos triunfam sobre os Sikhs, na Índia, aumentando as suas possessões.

Fome na Irlanda provocada pela falta de batatas.

Nos Estados Unidos, os Mormons começam a migração interna, que terminará em Great Salt Lake.

Friedrich Engels escreve *A Condição da Classe Operária em Inglaterra*.

1846

O Iowa torna-se o 29º estado norte-americano.

Guerra entre os Estados Unidos e o México. O México perde para os Estados Unidos a cidade de Santa Fé e o Novo México.

O Tratado de Oregon entre os Estados Unidos e o Reino Unido estabelece o 49º Paralelo como fronteira entre o Canadá e os Estados Unidos.

1847

Os americanos ocupam a Cidade do México.

A Libéria torna-se uma república independente.

Guerra civil na Suíça entre a união dos cantões católicos e o governo central termina com a derrota católica.

Descoberta de ouro na Califórnia provoca uma corrida ao ouro.

O Reino Unido limita a dez horas diárias o horário laboral para crianças e mulheres.

Karl Marx escreve *A Pobreza da Filosofia*.

Uso do clorofórmio como anestésico.

1848

O Tratado de Guadalupe Hidalgo acaba com a guerra entre os Estados Unidos e o México. O México renuncia ao Texas e entrega a Califórnia e o Novo México aos Estados Unidos.

O Wisconsin é reconhecido como 30º estado dos Estados Unidos.

Revoluções de cariz republicano e, Berlim, Budapeste, Milão, Nápoles, Roma, Praga, Veneza, Viena e Varsóvia. O papa Pio IX foge de Roma.

Abdicação do Rei D. Luís Filipe, em França. Luís Napoleão Bonaparte torna-se Presidente da Segunda República Francesa.

Novas constituições adoptadas na Áustria, Suíça e Alemanha.

O imperador Fernando I, da Áustria, abdica, sendo sucedido pelo seu filho, Francisco José.

Na África do Sul, os ingleses anexam o Estado Livre de Orange.

Zachary Taylor é eleito Presidente dos Estados Unidos.

Karl Marx e Friedrich Engels publicam o *Manifesto Comunista*.

John Stuart Mill escreve *Os Princípios da Economia Política*.

1849

Promulgação da nova Constituição da Alemanha. O Trono Imperial é oferecido a Frederico Guilherme IV da Prússia, que levanta objeções.

O líder nacionalista italiano Garibaldi não consegue evitar a entrada de tropas francesas em Roma. Os franceses repõem o Papa Pio IX em Roma.

Os austríacos derrotam os rebeldes piemonteses na batalha de Novara.

O Rei Carlos Alberto da Sardenha e do Piemonte abdica em favor do filho, Victor Emanuel II.

O cerco de Veneza acaba com as revoltas em Itália.

A Dinamarca adota uma Constituição democrática.

O Reino Unido anexa o Punjab, na Índia.

O Papa Pio IX condena o socialismo e o comunismo.

Amelia Bloomer produz, nos Estados Unidos, calças para as mulheres.

1850

O Presidente americano Zachary Taylor morre e o vice-presidente Millard Fillmore torna-se o 13º Presidente dos Estados Unidos.

A Califórnia torna-se o 31º estado norte-americano. Os Estados Unidos comprometem-se a criar futuramente os estados do Utah e do Novo México.

Compromisso Clayton-Bulwer entre os Estados Unidos e o Reino Unido trava as interferências britânicas na América Central. Tacitamente, o Reino Unido reconhece a influência dos Estados Unidos na zona.

Início do estabelecimento de comunicações telegráficas por cabo submarino entre a Europa Continental e o Reino Unido inaugura uma época de mundialização das comunicações.

Primeiras bibliotecas públicas abertas no Reino Unido.

Em França introduzem-se seguros de reforma, destinados a assegurar a sobrevivência na velhice.

1851

Luís Napoleão organiza um golpe de Estado e um plebiscito para aprovar uma nova ordem monárquica.

Grande Exposição de Londres.

Fundação do *New York Times*.

1852

Começa o II Império Francês. Luís Napoleão ascende ao Trono Imperial como Napoleão III.

Nova Constituição assegura um governo representativo para a Nova Zelândia.

O Reino Unido reconhece a independência do Transval, na África do Sul.

Começa a Segunda Guerra Birmanesa. O Reino Unido anexa o Sul da Birmânia.

Revolução de Taiping irrompe na China.

Franklin Pierce é eleito Presidente dos Estados Unidos.

A Cabana do Pai Tomás, romance anti-esclavagista de Harriet Beecher Stowe, é publicado em livro, provocando, no Norte dos Estados Unidos, enormes protestos contra a escravatura.

O Museu Victoria and Albert é aberto em Londres.

Fundada a mítica Wells Fargo Company, nos Estados Unidos.

1853

O Império Otomano rejeita um pedido russo de protecção para os cristãos. Em resposta, os russos invadem a Moldávia e a Valáquia e destroem uma frota turca em Sinope.

As frotas britânica e francesa juntam-se nos Dardanelos.

O Reino Unido anexa Nagpur, na Índia.

A França anexa a Nova Caledónia.

A taxa sobre a publicidade em jornais é abolida no Reino Unido.

O Reino Unido introduz a vacinação obrigatória.

Abertura da via-férrea entre Nova Iorque e Chicago.

1854

Começa a Guerra da Crimeia. Britânicos e franceses aliam-se à Turquia contra a Rússia e desembarcam na Crimeia, derrotando os russos em Alma, Balaclava (carga da Brigada Ligeira) e Inkerman.

Os Estados Unidos celebram um acordo comercial com o Japão.

Criados os territórios do Kansas e do Nebraska, nos Estados Unidos, no meio da controvérsia sobre se a escravatura deveria, ou não, ser permitida nos mesmos.

Fundação do Partido Republicano, nos Estados Unidos.

Pelo Manifesto de Ostend, os Estados Unidos afirmam o seu propósito de subtrair Cuba a Espanha pela força no caso de os espanhóis recusarem a venda da ilha aos americanos.

Na África do Sul, o Estado Livre de Orange declara a independência.

Demonstração de um elevador na Feira de Nova Iorque.

O dogma da Imaculada Conceição é proclamado pelo Papa Pio IX.

Florence Nightingale funda a enfermagem moderna ao assistir as vítimas dos combates na Crimeia.

1855

O czar Nicolau I da Rússia morre e é sucedido pelo seu filho Alexandre II.

Os russos capitulam em Sebastopol perante as forças turco-franco-britânicas.

A Suécia junta-se à aliança anti-russa formada por franceses, britânicos e turcos.

Fim da revolta de Taiping, na China.

A Áustria ameaça declarar guerra à Rússia.

David Livingstone descobre as cataratas de Victoria, no rio Zambeze.

Abolidas as “taxas sobre o conhecimento” no Reino Unido, imposto sobre os jornais calculado em função do número de páginas.

Fundação do *Daily Telegraph*, em Londres.

Exposição Internacional em Paris.

1856

Anti-esclavagistas liderados por John Brown assassinam cinco pró-esclavagistas em Pottawatomic Creek, durante a Guerra Sangrenta do Kansas, conflito que opôs esclavagistas a anti-esclavagistas.

O Tratado de Paris põe fim à Guerra da Crimeia. O Mar Negro passa a ser considerado zona neutral e o rio Danúbio é reaberto à navegação internacional. A Rússia cede a Bessarábia.

O Reino Unido declara guerra à China após piratas chineses abordarem um navio britânico. A cidade de Cantão é fortificada.

O primeiro esqueleto de um homem de Neandertal é descoberto na Alemanha.

Fundação da *Harper's Weekly*.

1857

James Buchanan torna-se Presidente dos Estados Unidos.

Pânico financeiro nos Estados Unidos por causa da especulação e do sobreaquecimento da economia. Vários países europeus, entre os quais Portugal, sofrem uma crise semelhante por causa do sobre-endividamento provocado pelos investimentos massivos na construção de ferrovias.

Motim de soldados indianos contra os oficiais ingleses, na Índia. Os britânicos reocupam Deli.

Os britânicos destroem uma frota chinesa e tomam Cantão.

Giuseppe Garibaldi forma a Associação Nacional Italiana.

O Estado do Transval é formalmente proclamado na África do Sul.

Divórcio autorizado no Reino Unido. Instituem-se tribunais especiais para os casos de divórcio.

1858

O Minnesota torna-se o 32º estado norte-americano.

A Columbia Britânica é transformada em colónia.

Ottawa é designada capital do Canadá.

Os britânicos controlam os motins na Índia e pacificam o país. O poder transita da Companhia das Índias Orientais para a Coroa britânica.

A guerra sino-britânica termina com o Tratado de Tientsin. Em consequência, o comércio do ópio é legalizado e os portos chineses são abertos ao comércio internacional.

Napoleão III e o estadista italiano Camillo Cavour planeiam a unificação de Itália.

O maior navio a vapor até então construído, o *Great Eastern*, é lançado ao mar no Reino Unido.

Bernadette Subirous reclama ter tido uma visão da Virgem Maria, em Lourdes.

Fundada a Companhia do Canal do Suez.

1859

O anti-esclavagista John Brown lidera um ataque abortado contra um arsenal militar em Harper's Ferry, na Virgínia Ocidental. Detido, é executado.

O Oregon torna-se no 33º estado norte-americano.

A Áustria declara guerra à Sardenha e a França e desenvolve movimentos militares contra a unificação italiana, mas os austríacos são derrotados nem Magenta e Solferino. Parma e a Lombardia são cedidas à Sardenha.

Charles Darwin publica *A origem das Espécies pela Seleção Natural*.

Karl Marx publica *Crítica da Economia Política*.

Começam os trabalhos para a abertura do Canal do Suez.

1860

A sardenha cede Nice e Savoy à França.

Garibaldi forma os Camisas Vermelhas e toma Nápoles. O Rei Victor Emanuel invade os Estados Pontifícios e proclama-se Rei de Itália, com o apoio de Garibaldi.

Construção do porto russo de Vladivostok.

A França e o Reino Unido declaram novamente guerra à China. Tropas franco-britânicas invadem Pequim e incendiam o Palácio de Verão. A guerra termina com o Tratado de Pequim.

Abraham Lincoln é eleito Presidente dos Estados Unidos.

Invenções várias são patenteadas: máquina de escrever, motor de combustão interna, etc.

Estabelecimento da Escola de Enfermagem de Florence Nightingale, em Londres.

1861

O Kansas torna-se o 34º estado norte-americano.

O Mississippi, a Flórida, o Alabama, a Georgia, o Louisiana, o Texas, a Virgínia, o Arkansas, a Carolina do Norte e o Tennessee juntam-se à Carolina do Sul e formam os Estados Confederados da

América. Jefferson Davis torna-se Presidente da Confederação. Os confederados capturam Fort Sumter, na Carolina do Sul, detonando a Guerra da Secessão.

As forças confederadas ganham a batalha de Bull Run.

Forças russas ocupam Tsushima, no Japão.

O Reino de Itália é proclamado pelo Parlamento Italiano.

A cidade de Lagos, na África Ocidental, é anexada pelo Reino Unido, que aí fundam uma base para combate ao tráfico de escravos.

A Moldávia e a Valáquia juntam-se num novo país – a Roménia.

O czar Alexandre II abole a servidão na Rússia.

1862

Continua a Guerra Civil Americana. Os confederados vencem uma segunda batalha em Bull Run e confrontos em Chancellorsville e Shiloh. As forças da União saem vitoriosa em Antietam., Fort Henry e Fort Donelson. Os navios *Merrimack*, da Confederação, e *Monitor*, da União, protagonizam o primeiro combate naval entre couraçados.

O Presidente Lincoln decreta o fim da escravatura.

A França anexa Cochim, na China.

Garibaldi é capturado.

Otto von Bismark torna-se primeiro-ministro da Prússia.

Invenção da metralhadora, por Gatling.

Introdução do papel-moeda nos Estados Unidos.

1863

Continua a Guerra Civil Americana. Tropas da União vencem a batalha decisiva de Gettysburg e as batalhas de Vicksburg e de Chattanooga.

O Presidente Lincoln promete “um governo do Povo, pelo Povo e para o Povo”.

A Virgínia Ocidental separa-se da Virgínia e torna-se o 35º estado norte-americano. São criados os territórios do Arizona e do Idaho.

A Dinamarca anexa o Ducado de Schleswig. Em resposta, forças prussianas progridem até aos subúrbios de Holstein.

Tropas francesas ocupam a Cidade do México.

O Japão tenta expulsar os estrangeiros. Navios britânicos, em represália, bombardeiam o porto japonês de Kagoshima.

1864

Continua a Guerra da Secessão. Tropas da União progredem pelos estados do Sul.

O Nevada torna-se o 36º estado norte-americano e o Montana é declarado território.

A Prússia e a Áustria declaram guerra à Dinamarca, que cede as suas possessões de Schleswig e Holstein.

Enorme massacre de índios Arapahoes e Cheyennes em Sand Creek, Colorado.

O arquiduque Maximiliano, apoiado pela França, torna-se Imperador do México, mas enfrenta a oposição dos mexicanos.

Abraham Lincoln é reeleito Presidente dos Estados Unidos.

Louis Pasteur inventa a pasteurização e salva a indústria vitícola francesa.

Fundação da Cruz Vermelha Internacional, na Suíça.

1865

Termina a Guerra da Secessão com a derrota da Confederação. Os estados rebeldes do Sul voltam a fazer parte dos Estados Unidos da América.

O Presidente Lincoln é assassinado, sendo sucedido pelo Vice-Presidente Andrew Jackson.

A Convenção de Gastein entrega Holstein à Áustria e Schleswig à Prússia.

Os Estados Unidos pressionam a França a retirar do México.

A escravatura acaba formalmente nos Estados Unidos com a introdução da 13ª emenda à Constituição.

1866

A 14ª emenda à Constituição norte-americana assegura que nenhuma pessoa será privada da vida, da liberdade e da propriedade sem processo legal”.

A Prússia declara guerra à Áustria e anexa Holstein após derrota dos austríacos em Sadowa. Vários principados alemães são incorporados na Prússia.

Eclodem motins populares em Londres após o Parlamento Britânico recusar a aprovação de uma nova Carta de Direitos.

Mendel estabelece os princípios da hereditariedade, mas a sua obra permanecerá na obscuridade durante vários anos.

Pânico financeiro em Londres a seguir à falência de um banco.

1867

Os Estados Unidos compram o Alasca à Rússia.

O Nebraska torna-se o 37º estado norte-americano.

As tropas francesas abandonam o México. O Imperador Maximiliano é capturado e executado.

Garibaldi marcha novamente sobre Roma, mas é capturado pelas forças francesas e papais.

Os Fenianos irlandeses, que lutavam pela independência da Irlanda, desencadeiam acções terroristas na Irlanda, na Grã-Bretanha e na Austrália.

Alfred Nobel inventa a dinamite.

Joseph Lister introduz a assepsia nos actos cirúrgicos.

Karl Marx escreve o primeiro volume de *O Capital*.

1868

O Presidente Andrew Jackson é sujeito a um processo de impeachment.

Tropas britânicas invadem a Etiópia para libertar vários reféns, entre os quais o cônsul britânico, mas retiram de seguida.

A Rainha Isabel II de Espanha é deposta na sequência da revolução “La Gloriosa”. Inicia-se um período de instabilidade governativa, conhecido por Seiscénio Revolucionário, que só terminará com a ascensão de Alfonso XII ao Trono, em 1874.

Termina a ditadura militar dos shoguns no Japão. O Imperador Mutsuhito toma as rédeas do governo.

Ulysses S. Grant é eleito Presidente dos Estados Unidos.

Primeiro congresso inter-sindical em Manchester, Inglaterra.

1869

As mulheres conquistam o direito de voto no Wyoming.

O Imperador Napoleão III introduz um sistema parlamentar de governo, em França.

O Reino Unido, a França e a Itália assumem o controlo de Tunis.

A Union Pacific e a Central Pacific unem as suas ferrovias no Utah. O Leste e o Oeste dos Estados Unidos são ligados por via-férrea.

O Papa Pio IX convoca o Concílio Vaticano I.

Galton funda a genética.

Mendeleev publica a sua tabela periódica.

1870

A Prússia e a França entram num conflito diplomático por causa da sucessão ao Trono espanhol. A imprensa francesa instiga o governo de Napoleão III a declarar guerra à Prússia, o que este concretiza, apesar da renitência do Imperador. A Prússia vence várias batalhas e Napoleão III rende o Exército Francês em Sedan, a 2 de Setembro. Um novo governo francês declara a República. Paris é cercada pelos prussianos.

As forças francesas retiram de Roma, que se torna capital de Itália, conforme o desejo de Garibaldi.
A 15ª emenda à Constituição assegura aos antigos escravos o direito de voto nos Estados Unidos.
O dogma da infalibilidade do Papa é proclamado pelo Consílio Vaticano I.
A Áustria revoga a Concordata com o papado.
O Reino Unido impõe o ensino primário obrigatório universal.
A Standard Oil Company é fundada por John D. Rockefeller.

1871

O Rei Guilherme I da Prússia é proclamado Imperador (Kaiser) da Alemanha, em Versalhes.
Bismark torna-se chanceler da Alemanha unificada.
Paris capitula. A Alemanha recebe da França a Alsácia-Lorena e compensações financeiras.
Proclamada a Comuna de Paris, depressa suprimida durante a “Semana Sangrenta”.
Louis A. Thiers é eleito primeiro presidente da III República Francesa.
O Rei Amadeu I, filho do Rei Victor Emanuel II de Itália, é proclamado Rei de Espanha pelo Parlamento espanhol. Os deputados esperavam que uma nova Dinastia fosse solução para os problemas de falta de governo que atravessava Espanha.
A colônia da Columbia Britânica torna-se uma província do Canadá.
O jornalista Henry Morton Stanley é enviado para encontrar o célebre explorador David Livingstone, desaparecido em África. O encontro ocorre perto do Lago Tanganyka e tornou célebre a frase “Dr. Livingstone, I presume!”
Um incêndio destrói grande parte de Chicago.
O túnel de Mont Cenis através dos Alpes Suíços é aberto, ligando a França à Itália.
Os sindicatos são legalizados no Reino Unido. Sob a pressão sindical, o direito a férias é introduzido.

1872

O Reino Unido introduz o princípio da votação secreta.
Um tribunal internacional reconhece aos Estados Unidos o direito a obter uma indemnização do Reino Unido devido à destruição provocada por um navio confederado de construção britânica, o *Alabama*, durante a Guerra da Secessão.
Os imperadores da Alemanha, da Áustria e da Rússia formam uma aliança.
Começa, nas Filipinas, uma rebelião contra a soberania espanhola.
As guerras Carlistas reavivam-se em Espanha. Dom Carlos, tio de Dona Isabel II, mantém a sua pretensão ao Trono espanhol.
Nos Estados Unidos, o Presidente Grant é reeleito.

Muybridge consegue obter fotografias “travadas” do movimento de um cavalo.

A França e o Japão adotam o serviço militar obrigatório.

A ponte de Brooklyn, em Nova Iorque, é aberta.

1873

Resignação do Presidente francês, Louis Thiers. MacMahon é eleito Presidente de França.

Termina a ocupação prussiana de França, após terminar o pagamento das compensações de guerra da França à Alemanha.

Abdicação do Rei Amadeu I, incapaz de pacificar a Espanha, após o assassinio do seu mentor, o general Juan Prim. Proclamação da República Espanhola. Continuam as Guerras Carlistas.

A Alemanha adota o Marco como moeda.

Pânico financeiro na Europa atravessa o Atlântico, originando a fuga de capital estrangeiro.

As cidades de Buda e Peste são unidas na nova cidade de Budaeste, capital da Hungria.

Os britânicos enfrentam a revolta dos Ashanti na África Ocidental.

1874

Os britânicos suprimem a revolta dos Ashanti, na África Ocidental.

A Islândia obtém da Dinamarca o direito a governo próprio.

Acaba a República Espanhola. O filho de Dona Isabel II é proclamado Rei, como Alfonso XII. Seria posteriormente alcunhado de “O Pacificador”, pois logrou pacificar o país-irmão. Mas a revolta Carlista continua.

O Reino Unido anexa as ilhas Fiji.

Annam, na Indochina, torna-se um protectorado francês.

Os japoneses ocupam a Formosa, mas retiram do território.

Hansen descobre o bacilo da lepra.

O estadista britânico Gladstone condena o dogma da infalibilidade do Papa.

O casamento civil torna-se obrigatório na Alemanha.

A Sociedade para a Prevenção da Crueldade sobre as Crianças é fundada em Nova Iorque.

1875

Os britânicos compram ao Egipto o Canal de Suez.

França adota uma nova Constituição para a III República.

A revolta Carlista continua em Espanha, mas sofre severos reveses na Catalunha e em Valença.

Rebelião anti-espanhola em Cuba.

O Japão assegura à Coreia a sua independência da China.

Invenção da rotativa por Richard M. Hoe.

Fundação da União Postal Internacional, em Berna, na Suíça.

1876

O Colorado torna-se o 38º estado norte-americano.

O tenente-coronel George Custer e os seus homens são massacrados pelos índios Sioux na batalha de Little Big Horn.

A Bulgária revolta-se contra o domínio turco otomano. A feroz repressão turca aviva o ódio dos búlgaros, que se espalha aos restantes povos eslavos. A Sérvia e o Montenegro, formalmente ainda províncias otomanas, declaram guerra ao Império Otomano e a Rússia também ameaça fazê-lo.

Rutherford B. Hayes torna-se Presidente dos Estados Unidos, apesar de nas urnas o seu oponente, Jones Tilden, ter tido mais votos³.

Alexander Graham Bell patenteia o telefone.

Robert Koch descobre o bacilo do Antrax.

Fundada, nos Estados Unidos, a Liga Nacional de Basebol. O desporto entra na era das massas.

1877

A rainha Vitoria é proclamada Imperatriz da Índia.

A Rússia e a Roménia também declaram guerra ao Império Otomano.

Os britânicos anexam o Transval, na África do Sul, e Walvis Bay, no Sudoeste Africano.

No Japão, é suprimida a rebelião do general Saigō Takamori.

Thomas Alva Edison inventa o fonógrafo.

A educação primária obrigatória é introduzida na Itália.

Primeiro torneio de ténis de Wimbledon.

1878

Os russos derrotam os turcos otomanos.

Os britânicos enviam uma frota para Constantinopla.

O Congresso de Berlim redesenha os Balcãs. A Roménia, o Montenegro e a Sérvia ganham a sua independência do Império Otomano. A Rússia toma posse da Bessarábia, no sudoeste da Ucrânia.

O Reino Unido apodera-se de Chipre.

³ Nos Estados Unidos, os eleitores elegem apenas os representantes dos seus estados ao colégio eleitoral que tem o poder electivo. Foi o mesmo sistema que deu, recentemente, a vitória ao presidente Bush (II) sobre Al Gore.

O Reino Unido adverte o chefe zulu Cetawayo para não ameaçar a República Boer do Transval com a guerra.

Morre o Papa Pio IX. Sucede-lhe o Papa Leão XIII.

1879

Começa a Guerra Zulu na África do Sul. Os britânicos são derrotados em Isandhlwana, mas vencem os zulus nas restantes batalhas e capturam o chefe Cetawayo, o que faz terminar as hostilidades.

Os britânicos invadem novamente o Afeganistão após a legação britânica em Cabul ser massacrada.

O Reino Unido e a França assumem o controlo conjunto do Egipto.

Colapso da ponte de Tay, na Escócia, quando passava um comboio, durante uma tempestade, provoca 75 vítimas (todos os passageiros e tripulantes) e profunda comoção no Reino Unido e na Europa.

Thomas Alva Edison inventa a lâmpada eléctrica.

Demonstração de um comboio eléctrico, em Berlim, pelos irmãos Siemens.

1880

Intensificam-se os protestos irlandeses contra a soberania britânica.

O Transval declara-se independente de Inglaterra e proclama-se uma república, sob a liderança de Paul Kruger. Começa a Guerra dos Boers.

O Chile vence o Peru e a Bolívia na Guerra do Pacífico, anexando um vasto território boliviano com enormes recursos em nitratos. A Bolívia perde o acesso ao Pacífico.

James Garfield é eleito Presidente dos Estados Unidos.

Nova Iorque é a primeira cidade a ter iluminação eléctrica nocturna.

1881

James Garfield é assassinado quatro meses após a sua tomada de posse como Presidente dos Estados Unidos. O Vice-presidente Chester A. Arthur torna-se o 21º Presidente dos Estados Unidos.

Os boers derrotam as forças britânicas. O Reino Unido reconhece a independência do Transval.

A França invade Tunis, que se torna um protectorado francês.

O czar Alexandre II da Rússia é assassinado. O seu filho Alexandre III sucede-lhe.

Louis Pasteur desenvolve uma vacina contra o antraz.

Fundada a Federação Sindical Americana, primeira central sindical dos Estados Unidos.

O túnel de Gotthard, sob os Alpes suíços, é terminado. Foi até 1992 o mais longo túnel do mundo.

Um tsunami atinge a Indochina, matando, provavelmente, mais de 300 mil pessoas.

1882

Suspensa por dez anos, por lei, a imigração chinesa para os Estados Unidos.

A Coreia assina um tratado comercial com os Estados Unidos.

A insurreição irlandesa contra o domínio britânico continua. Os revoltosos Fenianos cometem vários assassinatos políticos.

Insurreições no Egito contra o domínio franco-britânico. Navios franceses e ingleses bombardeiam Alexandria para controlar as insurreições. Forças britânicas ocupam o Cairo e restituem o controlo do Egito ao Reino Unido e à França.

A Eritreia torna-se colónia italiana.

Robert Koch descobre o bacilo da Tuberculose.

Perseguição aos judeus na Rússia.

